
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada **PORTOSRIO**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, realizará licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pelas normas da Lei nº 13.303/2016, pelos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000 e 9.507/2018, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, pelo Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, pelo Instrumento Normativo de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e demais disposições legais pertinentes.
- 1.2 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no sítio www.gov.br/compras a partir do dia 26/06/2026, às 08:00 horas.
- 1.2.1 O Edital também poderá ser obtido na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, “Pregões Eletrônicos”.
- 1.3 As propostas de preços serão recebidas até as 10:00 horas, do dia 10/07/2026, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras.
- 1.4 **A sessão pública na internet para recebimento dos lances será realizada às 10:00 horas, do dia 10/07/2026, no mesmo endereço eletrônico indicado no subitem anterior.**
- 1.5 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 1.6 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da **PORTOSRIO** denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o provedor www.gov.br/compras.

1.7 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

1.8 A licitação terá item único.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***“prestação dos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel e suporte médico avançado, com cobertura assistencial ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas por dia, destinadas ao atendimento das necessidades dos portos administrados pela PortosRio”***, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 50905.001762/2026-55 e de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo do objeto da licitação, cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciadas junto ao provedor do sistema (Secretaria de Gestão do Ministério da Economia), nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018, no sítio www.gov.br/compras, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.2.1 Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;

3.2.2 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.3 Estrangeiras, que não funcionem no país;

3.2.4 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do art. 38 da Lei nº 13.303/2016;

3.2.5 Suspensas pela **PORTOSRIO** na forma do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, impedidas de licitar na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 ou declarada inidônea na forma do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993;

3.2.6 Cooperativas, conforme Súmula nº 281 do TCU.

3.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

3.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).

3.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura **CONTRATADA** que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da **PORTOSRIO** por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente

encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.1.1 A informação dos dados para acesso ao Pregão deve ser feita na página inicial do sítio www.gov.br/compras;

5.1.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

5.2 Como requisito para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.2.1 Declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar;

a) A assinalação do campo “não”, no caso do subitem 5.2.1, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.2.2 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos;

5.2.3 Declaração expressa de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.2.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

5.2.5 Declaração de elaboração independente de proposta, como exigido na Instrução Normativa SLTI nº 02/2009;

5.2.6 Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.7 Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

- 5.3 A declaração falsa relativa aos subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas no item 16 deste Edital e na legislação vigente.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública constantes do subitem 1.4., quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastramento.
- 6.2 O cadastramento da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema.
- 6.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas cadastradas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta

7. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 7.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir no prazo de 2 (dois) dias úteis sobre a impugnação interposta, a contar do recebimento desta.
- 7.1.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.
- 7.1.3 Na hipótese da **PORTOSRIO** não responder a impugnação no prazo estabelecido no subitem 7.1.1., a licitação será suspensa, convocando-se nova data para a realização do certame.
- 7.1.4 Para fins de cômputo do prazo constante no subitem 7.1.1., serão considerados apenas os dias em que houver expediente na **PORTOSRIO** e a partir do momento da ciência da impugnação por parte do Pregoeiro.
- 7.2 Os pedidos de esclarecimento referentes a esta licitação deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 7.2.1 Os esclarecimentos prestados a qualquer dos licitantes estarão disponíveis no sítio www.gov.br/compras, na parte de “esclarecimentos”.

- 7.2.2 O Pregoeiro deverá responder os pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento deste.
- 7.3 O disposto no subitem 7.2 não interfere na apresentação de impugnação nos termos do subitem 7.1.
- 7.4 Caso a impugnação ou o pedido de esclarecimento envolva questões de ordem técnica do objeto ou de exequibilidade de preços, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 A partir do horário e dia previstos no Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, ocasião em que o Pregoeiro fará a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando, na sequência, a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 O Pregoeiro verificará as propostas registradas no sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.
- 8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados, em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor, não sendo identificado o autor do lance aos demais participantes.
- 8.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.**
- 8.8 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

-
- 8.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.11 Para fins do que dispõe o parágrafo único do art. 31 do Decreto nº. 10.024/2019, o intervalo mínimo percentual entre os lances será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).
- 8.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.13 Para a etapa de lances deste certame será adotado o modo de disputa “aberto”, conforme art. 31, I, do Decreto nº. 10.024/2019, ocasião em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento mencionado no subitem 9.1 deste Edital.
- 8.13.1 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.13.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 8.13.1 e 8.13.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.13.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 8.13.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução da proposta mais vantajosa para a **PORTOSRIO**.
- 8.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 8.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

-
- 8.15 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando possível seu retorno, o Pregoeiro continuará atuando no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.18 Encerrada a etapa de lances, caso haja microempresas ou empresas de pequeno porte com valor final ofertado de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço, será considerado empate. Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, se houver interesse, efetuar lance de valor inferior ao menor preço já registrado.
- 8.18.1 O procedimento de empate será detectado automaticamente. Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no subitem anterior, informando o nome do licitante. Em seguida, o sistema habilitará um comando para o Pregoeiro convocar tal licitante que se encontre em situação de empate. Após confirmado, o sistema emitirá nova mensagem informando para o licitante em situação de empate que deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas o licitante convocado poderá registrar o novo lance.
- 8.18.2 Não havendo manifestação do licitante, o sistema verificará, observada a ordem classificatória, se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhum licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa.
- 8.18.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.18, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19 O disposto no subitem 8.18 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

-
- 8.20 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.21 Em último caso, persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e realização de eventual procedimento de desempate, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.22.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.22.2 Após a tentativa de negociação, quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas.
- 8.22.3 O prazo para convocação da licitante, para fins de negociação do valor ofertado, será definido a critério do Pregoeiro, ficando a licitante responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.23 O licitante que ofereceu a melhor proposta deverá anexar a proposta de preços devidamente ajustada ao seu valor final ofertado, nos moldes do Anexo III – Planilha de Proposta de Quantidades e Preços, no prazo a ser definido pelo Pregoeiro, conforme § 2º do art. 38 do Decreto nº. 10.024/2019, contado da solicitação no “chat” do sistema, prorrogável 1 (uma) única vez por igual período desde que a solicitação seja tempestiva e justificada, observando, ainda, que a proposta:
- 8.23.1 Deverá vir acompanhada dos Anexos III-A, III-B, III-C, III-D, III-E e III-F deste Edital, sem prejuízo de outros Anexos que possam vir a ser solicitados pelo Pregoeiro.
- 8.23.2 Deverá ser redigida em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, datada, digitada ou datilografada, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 8.23.3 Deverá ser apresentada com 2 (duas) casas decimais e expressa em moeda corrente nacional (R\$);
- 8.23.4 Deverá indicar o acordo ou convenção coletiva que rege a categoria profissional vinculada à execução do serviço;

-
- 8.23.5 Deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento;
- 8.23.6 Deverá, sob pena de desclassificação, seguir os modelos apresentados pela **PORTOSRIO** junto a este Edital, cujos percentuais e valores informados deverão retratar a exequibilidade da proposta, de acordo com a legislação vigente;
- 8.23.7 Deverá vir acompanhada, quando necessário, dos documentos comprobatórios/declarações/recibos de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, de acordo com seu enquadramento fiscal, para fins de comprovação do regime de tributação e adequação da proposta;
- 8.23.8 Deverá vir acompanhada da devida justificativa e memória de cálculo no caso do licitante apresentá-la com valores ou índices diversos dos utilizados nos Anexos preenchidos pela **PORTOSRIO**.
- 8.23.9 Deverá refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 8.23.10 Vincula o licitante, em especial no que se refere às condições, informações e especificações técnicas nela apresentada.
- 8.24 As Planilhas de Custo e Formação de Preços constantes do Anexo II-F são exemplificativas. Todavia, os tributos e encargos não poderão ser cotados em percentuais diversos do previsto na legislação vigente que rege a matéria.
- 8.25 É vedado ao licitante incluir nas Planilhas de Custos e Formação de Preços:
- 8.25.1 Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto nº 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES nº 5/2017);
- 8.25.2 Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES nº 5/2017);
- 8.25.3 Rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 – Plenário);

- 8.25.4 Rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da Planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 – 2ª Câmara e nº 953/2016 – Plenário);
- 8.25.5 Rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);
- 8.25.6 Rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).
- 8.26 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o Pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, do Decreto nº 10.024/2019.
 - 8.26.1 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.
- 8.27 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução contratual e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.
- 8.28 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.29 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.30 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 9.1 No julgamento das propostas de preços, considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o “**MENOR PREÇO GLOBAL**”.

- 9.2 O preço máximo fixado neste Edital é de **R\$ 9.573.467,85 (nove milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)**.
- 9.2.1 Os valores constantes dos demais anexos tratam-se de mera estimativa e auxílio aos potenciais licitantes quanto à metodologia de cálculo e preenchimento. O valor máximo a ser considerado na sessão pública será o constante do subitem 9.2 acima.
- 9.3 Serão desclassificados (as):
- 9.3.1 Os licitantes que não responderem à convocação para negociação, conforme descrito no subitem 8.22.3, ou que não anexarem a proposta comercial ajustada, conforme descrito no subitem 8.23 deste Edital, ambos no prazo solicitado pelo Pregoeiro no “chat”;
- 9.3.2 As propostas de preços que não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Anexo I – Termo de Referência;
- 9.3.3 As propostas de preços que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação ou que contenham outras condições que não as constantes deste Edital e de seus Anexos;
- 9.3.4 As propostas que contenham vício insanável ou ilegalidade;
- 9.3.5 As propostas com preços acima do valor estimado pela **PORTOSRIO** ou manifestamente inexecutáveis.
- 9.3.5.1 Para fins do subitem 9.3.5, considera-se manifestamente inexecutável a proposta que:
- a) Comprovadamente for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o instrumento convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- b) Apresente um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 9.3.5.2 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares,

poderão ser efetuadas diligências, conforme disposto no subitem 17.5 deste Edital e no § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, para que o licitante possa comprovar a exequibilidade de sua proposta.

9.3.5.2.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.3.5.3 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

9.3.5.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.3.5.5 Para fins de aferição da inexequibilidade de proposta, o Pregoeiro poderá valer-se do cálculo previsto no § 3º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016.

9.3.5.6 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

- 9.4. O Pregoeiro, com o auxílio da área requisitante da **PORTOSRIO**, analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.
- 9.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 9.6. Na presente licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, nos termos do art. 18, §5º-C, inciso VI, c/c §5º-H, da Lei Complementar nº 123/2006.

- 9.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 9.8. Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital. Também nesta etapa o Pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.9. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.10. Por ocasião da aceitabilidade da proposta de preços, em especial quando houver assuntos técnicos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 9.11. Constatando o atendimento da proposta às exigências fixadas no Edital, o licitante terá sua proposta aceita, passando-se então para a fase de habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, conforme subitem 10.10, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no presente certame ou a futura contratação, mediante consulta ao:
- 10.1.1 SICAF, a fim de se verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 38 da Lei nº 13.303/2016;
- 10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- 10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
- 10.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;

-
- 10.1.5 Cadastro de Empresas Suspensas mantido no site da **PORTOSRIO** na internet, no endereço eletrônico www.portosrio.gov.br, menu “Licitações e Contratos”; e
- 10.1.6 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 10.2 As consultas previstas no subitem 10.1 realizar-se-ão em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.
- 10.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará, juntamente com a Equipe de Apoio, para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.
- 10.7 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.
- 10.7.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 10.7.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.7.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº. 10.024/2019.
- 10.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los em formato digital, de preferência em arquivos compactados (.zip ou .rar), via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro no “chat”, conforme determina o inciso VI do art.

21 da IN SEGES/MP nº 3/2018 e o § 2º do art. 43 do Decreto nº. 10.024/2019, sob pena de inabilitação.

- 10.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.9.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.9.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.10 Ressalvado o disposto no subitem 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade, no caso de pessoa física;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização ou equivalente, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

10.10.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.10.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - i. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
 - ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
 - iii. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo do Anexo V – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública, de que 1/12 (um doze avos) dos Contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima, observados os seguintes requisitos:

- i. A declaração de que trata a alínea “d” acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE relativa ao último exercício social; e
 - ii. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- e) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em até no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública deste certame.

10.10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou, ainda, para empresas privadas, serviços de atendimento pré-hospitalar móvel e suporte médico avançado, compatíveis com o objeto do Anexo I – Termo de Referência.
- i. Considerar-se-ão pertinentes ao objeto da licitação os atestados que demonstrem experiência anterior na prestação de serviços de suporte médico avançado, inclusive quanto à operação assistencial com equipe completa, equipamentos, insumos e cobertura contínua.
 - ii. Para fins de compatibilidade quantitativa, será exigida a comprovação de experiência mínima correspondente a quantidade de ambulâncias objeto da futura contratação, pelo período mínimo de 12 (doze) meses.
 - iii. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do instrumento contratual ou se decorrido, pelo menos, 1(um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017;
 - iv. Em caso de necessidade de diligência por parte do Pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do instrumento contratual que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- b) Comprovação da propriedade das ambulâncias que constituem os objetos principais da contratação, mediante apresentação dos respectivos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo, ou documentos equivalentes legalmente idôneos, em nome da própria

- licitante, em quantitativo compatível com a execução do objeto, de modo a evidenciar capacidade material imediata para a prestação do serviço contínuo de suporte avançado pretendido pela PortosRio.
- c) Registro ou inscrição perante o Conselho Regional de Medicina competente.
 - d) Registro ou inscrição perante o Conselho Regional de Enfermagem competente.
 - e) Registro ou inscrição perante o Conselho Regional de Farmácia competente, quando exigível em razão da estrutura assistencial, da guarda, controle e dispensação dos medicamentos e insumos vinculados à execução do objeto.
 - f) Cadastro regular no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, quando aplicável à natureza do serviço e à forma de organização da solução assistencial ofertada.
 - g) Apresentação de Alvará Sanitário vigente, expedido pela autoridade sanitária competente, compatível com a atividade objeto da contratação.
 - h) Declaração de que possui instalações, aparelhamento, estrutura operacional e recursos materiais adequados e disponíveis para a realização dos serviços objeto da licitação, compatíveis com a cobertura assistencial contínua e com a complexidade da solução pretendida.
 - i) Declaração de que dispõe de profissional ou profissionais de nível superior com qualificação compatível com a gestão e a execução dos serviços de atendimento e transporte de pacientes em ambulâncias, sem prejuízo da exigência, para fins de execução contratual, de equipe mínima composta por condutor de veículo de urgência, enfermeiro e médico, nos termos do Anexo I – Termo de Referência.
 - j) Comprovação de que as unidades disponibilizadas possuem vistorias, certificações, calibrações, licenças e regularidade sanitária e operacional compatíveis com a natureza do serviço, sem prejuízo da fiscalização permanente da PortosRio durante a vigência contratual.
 - k) Declaração, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, atestando que a licitante concorda com a disposição do instrumento convocatório sob referência e seus anexos, garantindo o prazo de validade dos preços e condições da proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da proposta, bem como as demais condições da Declaração constantes do Anexo IV – Modelo de Declaração. A licitante não poderá alegar, a posterior, desconhecimento de qualquer fato.
 - l) Declarações, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, seguindo os modelos dos Anexos VI e VII.

10.11 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação.

-
- 10.11.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o subitem 10.11, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.11.2 Para aplicação do disposto no subitem 10.11.1, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 10.11.3 A prorrogação do prazo prevista no subitem 10.11.1 poderá ser concedida, a critério da **PORTOSRIO**, quando requerida pela licitante, mediante apresentação da devida justificativa.
- 10.11.4 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 10.11.1 e 10.11.3.
- 10.11.5 A não regularização da documentação no prazo previsto nos subitens 10.11.1. e 10.11.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº. 13.303/2016, sendo facultado à **PORTOSRIO** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 10.11.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.
- 10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.13 Ocorrida a inabilitação a que se refere o subitem 10.12, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.14 Após o disposto no subitem 10.12 ou 10.13, será retomada a sessão pública e chamados os demais licitantes, na ordem de classificação, e após a tentativa de negociação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observando que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, até que encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.

-
- 10.14.1 Por ocasião da documentação de habilitação, em especial a que trata da habilitação técnica, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 10.15 Nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, será concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.
- 10.16 Constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e, conseqüentemente, vencedor.
- 10.17 Tendo em vista que a **PORTOSRIO** dispõe de sistema interno eletrônico de documentos e, ainda, objetivando a celeridade e a economicidade processual, uma vez habilitado, não será necessário que o licitante encaminhe posteriormente a documentação original apresentada durante a sessão pública.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o instrumento contratual no prazo previsto no subitem 14.1, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.2.1 A convocação se dará por meio do “chat” e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio sistema, o qual registrará em ata a síntese das razões, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 3 (três) dias, a contar do dia útil subsequente ao término da sessão pública, para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual prazo, que começará a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.1.1 No momento da apresentação da intenção de recorrer, cabe ao Pregoeiro avaliar tão somente a existência dos pressupostos recursais, o que se restringe à aferição de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.
- a) O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, caso a licitante deixe de demonstrar algum dos pressupostos recursais constantes do subitem acima;
- b) É vedado rejeitar o recurso de pleno em razão da discordância de mérito com os motivos apresentados pelo licitante.
- 12.2 É de inteira responsabilidade dos licitantes a correta apresentação da intenção e das razões recursais, podendo estes, caso seja detectado pela **PORTOSRIO** que se trata de mero recurso protelatório, sofrer a sanção prevista no inciso I do subitem 16.5.1 deste Edital.
- 12.3 Na hipótese de interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação por endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 12.4 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.1, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.5 Os recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, devidamente protocolados e cadastrados no sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, e observar:
- 12.5.1 Quanto à sua interposição, o prazo constante do subitem 12.1;
- 12.5.2 A forma escrita, com a identificação do licitante ou seu representante legal;
- 12.5.3 A legitimidade e o interesse recursal; e
- 12.5.4 A fundamentação.

- 12.6 O Pregoeiro disporá de até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil subsequente ao término do prazo previsto no subitem 12.1, para julgar o(s) recurso(s) interposto(s).
- 12.6.1 Caso as razões recursais envolvam questões de ordem técnica ou de exequibilidade dos preços propostos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**;
- 12.6.2 Caso seja necessário devido à complexidade do assunto e com a devida justificativa nos autos, o prazo constante no subitem 12.6 poderá ser ampliado.
- 12.7 Após julgamento do(s) recurso(s), o Pregoeiro elaborará relatório circunstanciado com vistas ao Diretor-Presidente para decisão definitiva.
- 12.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no prazo previsto no subitem 12.1, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a dar continuidade ao processo, com vistas à adjudicação e homologação pelo Diretor-Presidente.
- 13.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Diretor-Presidente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 14.1 Homologada a licitação pelo Diretor-Presidente, o adjudicatário será convocado para assinar o instrumento contratual em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, desde que devidamente justificado, observando ainda as demais disposições deste item 14.
- 14.1.1 O prazo a que se refere o subitem 14.1 contempla inclusive o período necessário para os procedimentos de cadastramento do(s) usuário(s) no Sistema SEI, nos moldes do subitem 14.4, sendo de inteira responsabilidade da própria licitante realizar o passo a passo de acordo com as instruções, sob pena de exclusão do certame e convocação do próximo colocado.
- 14.2 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, não aceitar ou não retirar o(s) instrumento(s) contratual(is), injustificadamente, ou ainda, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das licitantes, observada a ordem final de classificação, até a apuração de uma que atenda ao

Edital, sendo o mesmo convocado para negociar a redução do preço ofertado em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o Edital.

- 14.3 A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo VI) com base nos dispositivos da Lei nº. 13.303/2016 e do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).
- 14.4 Para assinatura do instrumento contratual, o(s) responsável(is) legal(is) da licitante deverá(ão) realizar o cadastro prévio no Sistema SEI!, mediante o link externo: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-no-sei-do-ministerio-dos-transportes>>.
- 14.4.1 O(s) cadastro(s) deverá(ão) ser feito(s) por aquele(s) que efetivamente irá(ao) assinar o(s) instrumento(s) contratual(is).
- 14.5 Após realização do(s) cadastro(s), o ato de assinatura do instrumento contratual realizar-se-á via plataforma do Sistema Eletrônico da Informação – SEI!, mediante acesso através de link externo: <<https://sei.infraestrutura.gov.br/externo>> a ser disponibilizado oportunamente pela **PORTOSRIO**.
- 14.6 A assinatura do instrumento contratual ficará condicionada à aferição da regularidade da futura **CONTRATADA**, em conformidade com o item 10 – Da Habilitação, e à consulta ao CADIN, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso III, cumulado com o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.
- 14.7 Na assinatura do instrumento contratual, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.
- 14.8 O licitante, em vias de ser julgado vencedor ou já vencedor da licitação, ou já convidado a assinar o instrumento contratual com a **PORTOSRIO**, poderá perder sua condição para assinar o aludido instrumento, caso se encontre em estado de falência, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida.
- 14.9 O prazo de execução do instrumento contratual corresponde ao prazo que a **CONTRATADA** dispõe para executar a sua obrigação. Já o prazo de vigência corresponde ao prazo em que ele é considerado apto a produzir efeitos até que todos os seus efeitos sejam consumidos, inclusive recebimento e pagamento por parte da **PORTOSRIO**, excetuando-se o prazo de garantia técnica.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado conforme o instrumento contratual a ser emitido, através de depósito bancário em favor da **CONTRATADA**, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal correspondente devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.

- 15.2 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.
- 15.3 Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.
- 15.4 Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante autorização da **PORTOSRIO**, for recebido parcialmente.

16. DAS SANÇÕES

- 16.1 A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.
- 16.2 A sanção constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 16.3 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:
- I. Interpor recurso meramente protelatório;
 - II. Não manter a proposta ou abandonar o certame;
 - III. Deixar de apresentar, apresentar em manifesta desconformidade ou apresentar parcialmente documentação exigida no certame;
 - IV. Declarar falsamente que cumpre algum dos requisitos previstos no subitem 5.2 deste Edital;
 - V. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do instrumento contratual ou de instrumento equivalente;
 - VI. Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela **PORTOSRIO**;
 - VII. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a **PORTOSRIO** em virtude de atos ilícitos praticados;
 - VIII. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - IX. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
 - X. Incorrer em inexecução contratual;
 - XI. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;

- XII. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
- XIII. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- XIV. Agir em conluio com empresa do mesmo grupo econômico com o objetivo de manipular o caráter competitivo da licitação;
- XV. Ter fraudado licitação pública ou instrumento contratual dela decorrente;
- XVI. Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar instrumento contratual;
- XVII. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XVIII. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**;
- XIX. Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- XX. Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- XXI. Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- XXII. Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
- XXIII. Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- XXIV. Deixar de manter o nível de qualidade exigido pela **PORTOSRIO** na execução do instrumento contratual, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.

16.4 DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

16.4.1 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.4.1.1 A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela **PORTOSRIO**.

16.5 DA SANÇÃO DE MULTA

16.5.1 A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

- I. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- II. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo

mesmo período, a pedido justificado pela licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;

- III. Em decorrência da declaração falsa relativa aos requisitos previstos no subitem 5.2 deste Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- IV. Em decorrência da não apresentação de documentação exigida no certame, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- V. Nos casos em que a licitante não mantiver a sua proposta, poderá ser aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VI. Nos casos em que a licitante apresentar documento falso, cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo, poderá ser aplicada multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VII. Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, no prazo previsto no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VIII. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, após 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do instrumento contratual, incidirá multa correspondente a 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do instrumento contratual por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- IX. Nos demais casos de atraso (ou no caso de atraso na execução contratual), incidirá multa na razão de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 60 (sessenta) dias.
- X. No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- XI. No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de até 25% sobre o valor do instrumento contratual.

16.5.2 Os casos previstos no subitem anterior são meramente exemplificativos, podendo a **PORTOSRIO** sugerir a aplicação de um percentual de multa para outros casos devendo, entretanto, levar em consideração a conduta praticada e a intensidade do dano provocado e segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

16.5.3 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

- 16.5.4 A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.
- 16.6 DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO
- 16.6.1 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **PORTOSRIO**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.
- 16.6.2 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.
- 16.6.3 A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.
- 16.7 Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no subitem 16.1, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:
- I. Notificação formal à **CONTRATADA**;
 - II. Garantia do contraditório e da ampla defesa;
 - III. Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.
- 16.8 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.
- 16.8.1 Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
- 16.8.2 Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 16.8.3 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.
- 16.8.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da **PORTOSRIO**.
- 16.9 As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 A apresentação de uma proposta na licitação fará prova de que a empresa licitante:
- 17.1.1 Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente da **PORTOSRIO** as informações necessárias, antes de apresentá-la;
 - 17.1.2 Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital;
 - 17.1.3 Considerou que o Edital e seus Anexos permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
 - 17.1.4 Atende às condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento previstas no Edital.
- 17.2 Fica também estabelecido que as especificações, os Anexos e a documentação da licitação são complementares entre si.
- 17.3 A **PORTOSRIO** reserva-se o direito de revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, anteriormente ao início da fase de lances ou propostas, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.
- 17.3.1 Caso a revogação ou a anulação ocorra após o início da fase acima, a mesma será precedida de Processo Administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que os licitantes interessados ofereçam manifestação, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.
 - 17.3.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 17.4 No caso de meros erros formais em que a possível alteração não afete a formulação das propostas, a **PORTOSRIO** poderá inserir aviso no COMPRASGOVERNAMENTAIS ou realizar modificações e revisões no presente Edital a qualquer tempo, antes da data limite para a abertura da sessão pública. Contudo, qualquer outra modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.
- 17.5 É facultado à **PORTOSRIO**, se assim julgar conveniente, em qualquer fase da licitação, promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

- 17.6 O Pregoeiro, durante a análise de documentos e propostas, poderá solicitar de qualquer licitante informações sobre a documentação exigida, fixando o prazo que julgar necessário para o atendimento.
- 17.7 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro instrumento contratual.
- 17.8 Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às propostas de outros licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, tal como proposta alternativa.
- 17.9 A **PORTOSRIO** não aceitará, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta de serviços necessários à execução do instrumento contratual ou de inexistência relativa às quantidades contratuais, com o objetivo de alterar o preço proposto.
- 17.10 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** acresceu, indevidamente, a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou para fiscais e emolumentos de qualquer natureza, não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.
- 17.11 Se, por ocasião do julgamento desta licitação, da celebração ou da execução do instrumento contratual, ficar comprovada a existência de irregularidades que denunciem dolo, má fé ou grave omissão por parte do licitante, este, a critério da **PORTOSRIO**, ficará impossibilitado de contratar com a **PORTOSRIO** e sujeito às sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016.
- 17.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro enviará mensagem aos licitantes informando o ocorrido e remarcando, de imediato, nova data e hora para a sessão pública.

18. DOS DOCUMENTOS ANEXOS

- 18.1 Os documentos relacionados abaixo fazem parte integrante deste Edital como Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ANEXO I-B – MATRIZ DE RISCOS

ANEXO II – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ANEXO II-A – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS RELATIVOS À LOCAÇÃO DO VEÍCULO

ANEXO II-B – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS RELATIVOS AO COMBUSTÍVEL

ANEXO II-C – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS – ENFERMEIRO
ANEXO II-D – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS – MOTORISTA SOCORRISTA
ANEXO III – PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS
ANEXO III-A – PLANILHA DE PROPOSTA DE CUSTOS RELATIVOS À LOCAÇÃO DO VEÍCULO
ANEXO III-B – PLANILHA DE PROPOSTA DE CUSTOS RELATIVOS AO COMBUSTÍVEL
ANEXO III-C – PLANILHA DE PROPOSTA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS – ENFERMEIRO
ANEXO III-D – PLANILHA DE PROPOSTA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS – MOTORISTA SOCORRISTA
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS
ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD
ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2026.

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de atendimento pré-hospitalar móvel e suporte médico avançado, mediante disponibilização de 4 (quatro) ambulâncias do tipo D, com cobertura assistencial ininterrupta de 24 horas por dia, durante todos os dias do mês, destinadas ao atendimento das necessidades dos portos administrados pela PortosRio, compreendendo equipe assistencial completa, equipamentos, materiais, insumos, medicamentos, manutenção, seguros, regularidade sanitária e suporte operacional integral.

1.2. A contratação abrangerá 4 unidades móveis de suporte avançado, para cobertura dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, observadas as condições definidas no instrumento contratual.

1.3. As ambulâncias deverão ser compatíveis com a classificação de suporte avançado, aptas ao atendimento e transporte de pacientes de maior gravidade, inclusive em situações que demandem cuidados médicos intensivos durante o deslocamento até unidade hospitalar de destino, observadas as exigências técnicas, sanitárias e operacionais aplicáveis à espécie.

1.4. Cada unidade deverá operar com equipe mínima composta por condutor de veículo de urgência, enfermeiro e médico, devidamente habilitados ao exercício de suas funções, cabendo à contratada assegurar a cobertura integral dos turnos, as substituições necessárias, a regularidade profissional da equipe e o pleno atendimento das exigências assistenciais e regulatórias aplicáveis ao serviço.

1.5. A solução contratual deverá contemplar, sem ônus adicional para a PortosRio, todos os recursos necessários à plena execução do objeto, incluindo ambulâncias em condições adequadas de funcionamento, equipamentos médicos, materiais assistenciais, medicamentos, gases medicinais, manutenção preventiva e corretiva, higienização, calibração dos equipamentos, regularidade documental, regularidade sanitária, seguros, abastecimento, suporte logístico e demais encargos indispensáveis à prestação contínua do serviço.

1.6. O serviço deverá atender a toda a área portuária e à respectiva zona de influência operacional de cada porto abrangido, compreendendo resposta inicial a intercorrências clínicas e traumáticas, atendimento de urgência e emergência, suporte avançado à vida, eventual remoção assistida, atuação como posto avançado médico móvel e apoio a campanhas, treinamentos, simulados, eventos operacionais e ações preventivas de saúde e segurança.

1.7. Constituem locais de referência para a execução contratual:

1.7.1. Porto do Rio de Janeiro, Avenida Rodrigues Alves, nº 20, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-250, sem prejuízo de apoio à sede administrativa da PortosRio, situada na Rua Dom Gerardo, 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ, quando houver demanda institucional compatível com o objeto.

1.7.2. Porto de Itaguaí, Estrada Humberto Pedro Francisco - Ilha da Madeira - Itaguaí - RJ.

1.7.3. Porto de Niterói, Avenida Feliciano Sodré nº 215 - Niterói - RJ.

1.7.4. Porto de Angra dos Reis, Avenida Júlio Maria, s/nº, Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-000.

1.8. A atuação das unidades não se restringirá aos pontos acima indicados como endereços de referência, podendo abranger toda a área operacional dos portos, suas áreas de influência e, quando necessário ao atendimento assistencial, o deslocamento para unidades hospitalares ou locais de retaguarda compatíveis com a ocorrência, observadas as orientações da fiscalização e os protocolos assistenciais aplicáveis.

1.9. As ambulâncias a serem disponibilizadas na execução contratual deverão possuir, no máximo, 2 anos de uso, contados do primeiro licenciamento, de modo a assegurar maior confiabilidade operacional, menor risco de indisponibilidade, melhores condições de conservação da célula sanitária e maior segurança na prestação contínua do suporte avançado à vida.

1.10. A exigência prevista no subitem anterior decorre da natureza crítica do objeto, da operação ininterrupta de 24 horas por dia, da necessidade de preservação das condições assistenciais da unidade móvel e da busca por maior estabilidade operacional da solução, em ambiente portuário de elevada sensibilidade e risco.

1.11. As ambulâncias deverão ser do tipo D, veículo ASA, em furgão monobloco original de fábrica, adaptado para suporte avançado, na cor branca, com passagem interna entre a cabine do motorista e o salão da viatura, seguro para cobertura a terceiros, e perfeito estado de conservação e segurança de tráfego.

1.12. As ambulâncias deverão atender, no mínimo, às características técnicas de carroceria, cabine, sistema elétrico, ventilação, desenho interno, iluminação, sinalização acústica e luminosa, sistema de oxigênio, materiais, equipamentos e medicamentos descritos neste Termo de Referência, em compatibilidade com a classificação de suporte avançado e com a regulamentação técnica aplicável.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de a PortosRio dispor de solução estruturada, contínua e operacionalmente adequada para atendimento pré-hospitalar móvel e suporte avançado à vida nos complexos portuários sob sua administração, considerando a circulação intensa de trabalhadores, prestadores de serviço, tripulações, visitantes, veículos, equipamentos e cargas, bem como os riscos próprios das atividades portuárias.

2.2. A demanda possui como premissa principal a tutela da vida, da saúde e da integridade física de todos aqueles que circulam, trabalham, prestam serviços ou desenvolvem atividades

nas áreas administradas pela Companhia, permitindo maior prontidão assistencial, redução do tempo de resposta a intercorrências e fortalecimento da capacidade institucional de enfrentamento de eventos clínicos e traumáticos.

2.3. A solução também se mostra necessária para conferir maior previsibilidade à resposta institucional em ambiente operacional sensível, reduzir improvisações e dependência exclusiva da rede externa, além de funcionar como posto avançado médico móvel para campanhas, treinamentos, simulados, eventos operacionais e ações preventivas de saúde e segurança.

2.4. Em plano complementar, a existência de suporte assistencial permanente também contribui para a qualificação do ambiente portuário, para a melhoria da imagem institucional da PortosRio e para a percepção de maior estrutura, segurança e confiabilidade dos ativos portuários, com reflexos positivos sobre a atratividade dos portos para investidores, operadores e potenciais arrendatários.

2.5. A contratação também se justifica pela necessidade de assegurar padrão mínimo de estrutura assistencial compatível com a complexidade dos ambientes portuários administrados pela PortosRio, os quais concentram operações contínuas, circulação de cargas, equipamentos de grande porte, veículos, trabalhadores próprios e terceirizados, tripulações, visitantes e usuários em geral. Em contextos dessa natureza, a existência de resposta pré-hospitalar qualificada não constitui providência meramente acessória, mas recurso relevante de proteção à vida, à saúde, à integridade física e à própria normalidade das operações.

2.6. A ausência de cobertura assistencial móvel permanente tende a ampliar a vulnerabilidade institucional da Companhia diante de intercorrências clínicas e traumáticas, elevando a dependência exclusiva de estruturas externas e reduzindo a capacidade de pronta resposta em situações nas quais o fator tempo se revela determinante para estabilização inicial, adequada condução do caso e mitigação de agravamentos. A solução pretendida busca, precisamente, reduzir essa exposição, conferindo maior prontidão operacional e assistencial aos portos sob administração da PortosRio.

2.7. A medida se mostra igualmente necessária para permitir que a Administração disponha de instrumento permanente de resposta médica móvel, apto não apenas ao atendimento de urgências e emergências, mas também ao suporte de atividades planejadas, como campanhas de saúde, treinamentos, simulados, eventos operacionais, ações preventivas e demais iniciativas em que a presença de estrutura assistencial local se revele compatível com o interesse institucional da Companhia. Sob esse enfoque, a ambulância não se limita à função reativa de remoção, assumindo também a condição de posto avançado médico móvel de apoio às rotinas portuárias.

2.8. A contratação também contribui para maior organização dos fluxos internos de resposta a ocorrências, favorecendo a integração entre saúde, segurança e operação, com reflexos positivos sobre a governança institucional. Ao dispor de solução estruturada e contratualmente definida, a PortosRio amplia sua capacidade de planejamento, fiscalização e

controle, reduzindo improvisações, aumentando a previsibilidade da execução e conferindo maior segurança administrativa ao tratamento de eventos críticos em suas áreas de atuação.

2.9. Deve-se considerar, ainda, que a estruturação de suporte médico avançado permanente repercute favoravelmente sobre a percepção de segurança, confiabilidade e maturidade operacional dos complexos portuários administrados pela Companhia. Portos dotados de recursos mínimos de pronta resposta assistencial tendem a transmitir maior grau de organização institucional, preparo para enfrentamento de eventos adversos e compromisso com padrões adequados de proteção à vida e à continuidade das atividades.

2.10. Em plano complementar, embora a premissa principal da contratação esteja centrada na tutela da vida, da saúde e da segurança operacional, a existência de cobertura assistencial qualificada também contribui para a valorização do ambiente portuário sob a ótica institucional e negocial. A disponibilização de recursos dessa natureza reforça a imagem de portos mais estruturados, mais seguros e mais bem preparados para recepcionar operações complexas, visitas técnicas, comitivas, parceiros institucionais, investidores e potenciais arrendatários.

2.11. Para agentes econômicos interessados em investir, operar ou ampliar sua presença em áreas portuárias, a existência de infraestrutura mínima de suporte à saúde e resposta emergencial representa indicativo de maior capacidade de gestão de risco, melhor estrutura de apoio e maior confiabilidade institucional. Ainda que não constitua fator isolado de atração de investimentos, trata-se de elemento que se soma ao conjunto de condições operacionais e administrativas capazes de tornar os ativos portuários mais atrativos e melhor preparados para novas oportunidades de negócio.

2.12. A solução ora pretendida, portanto, apresenta utilidade dupla. Em seu núcleo principal, protege vidas, reduz riscos assistenciais e fortalece a capacidade responsiva da PortosRio em ambiente operacional sensível. Em dimensão complementar, contribui para a qualificação dos portos administrados pela Companhia, para o fortalecimento da imagem institucional da autoridade portuária e para a consolidação de ambiente mais seguro, estruturado e confiável para trabalhadores, usuários, operadores, investidores e potenciais arrendatários.

2.13. Nesse contexto, a contratação revela-se aderente não apenas à necessidade imediata de resposta assistencial móvel, mas também à estratégia institucional de fortalecimento da governança, da continuidade operacional, da segurança e da atratividade dos ativos portuários administrados pela PortosRio, razão pela qual se mostra materialmente justificada e administrativamente necessária.

3. RESULTADOS ESPERADOS

3.1. Elevação do nível de segurança assistencial nos portos administrados pela PortosRio, com redução do tempo de resposta a intercorrências médicas e maior capacidade de atendimento inicial.

3.2. Maior prontidão institucional diante de urgências e emergências, reduzindo a dependência exclusiva de acionamentos externos e conferindo maior previsibilidade à atuação administrativa em situações críticas.

3.3. Melhoria da governança institucional em matéria de saúde e segurança, com apoio a campanhas, treinamentos, simulados, eventos operacionais e ações preventivas.

3.4. Padronização da prestação do serviço, com maior controle da execução, definição objetiva de responsabilidades, melhor fiscalização e disponibilidade contínua da solução.

3.5. Reforço da imagem institucional e da percepção de estrutura, segurança e confiabilidade dos complexos portuários administrados pela PortosRio.

3.6. Espera-se, ainda, que a contratação permita a consolidação de estrutura mínima de resposta assistencial compatível com a complexidade dos ambientes portuários administrados pela PortosRio, reduzindo a vulnerabilidade institucional diante de eventos clínicos e traumáticos e conferindo maior capacidade de organização da resposta inicial em situações críticas.

3.7. Como resultado prático da contratação, pretende-se assegurar maior continuidade operacional dos complexos portuários, na medida em que a existência de suporte médico avançado móvel tende a reduzir os impactos decorrentes de intercorrências sobre a rotina administrativa, logística e operacional, favorecendo tratamento mais rápido e mais estruturado de ocorrências que possam repercutir sobre o funcionamento regular das atividades.

3.8. Espera-se, igualmente, ampliar a capacidade da PortosRio de atuar de forma preventiva e planejada em matéria de saúde e segurança, com suporte a campanhas institucionais, ações educativas, treinamentos, simulados, eventos operacionais e demais atividades em que a presença de estrutura assistencial local contribua para maior segurança dos participantes e melhor organização das ações promovidas pela Companhia.

3.9. A contratação deverá proporcionar maior integração entre as frentes de operação, segurança e saúde, permitindo que a Administração disponha de solução mais coordenada, mais controlável e mais aderente às necessidades reais dos portos, com redução de improvisações, melhor definição de fluxos de atendimento e maior racionalidade na condução das ocorrências.

3.10. Também se espera obter maior capacidade de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, com definição mais objetiva de responsabilidades, melhor mensuração da disponibilidade das unidades, maior controle sobre a regularidade da equipe, dos equipamentos, dos insumos e das condições operacionais do serviço, reforçando a governança administrativa da solução.

3.11. Em plano institucional mais amplo, a contratação tende a contribuir para a qualificação do ambiente portuário administrado pela PortosRio, reforçando a percepção de maior estrutura, prontidão e segurança operacional, o que repercute positivamente sobre a imagem institucional da Companhia perante trabalhadores, usuários, órgãos públicos, operadores, investidores e potenciais arrendatários.

3.12. Espera-se, ainda, que a disponibilização permanente desse tipo de suporte contribua para tornar os ativos portuários sob administração da PortosRio mais bem estruturados e

mais preparados para receber operações, visitas técnicas, comitivas institucionais e potenciais novos negócios, agregando valor institucional ao ambiente administrado pela Companhia, sem perder de vista que a finalidade central da contratação permanece vinculada à proteção da vida, da saúde e da continuidade operacional.

3.13. Por fim, a contratação deverá permitir a institucionalização de padrão mínimo de cobertura assistencial móvel nos portos administrados pela PortosRio, com maior previsibilidade da execução, maior estabilidade do suporte oferecido e melhor aderência entre a solução contratada e as necessidades permanentes de segurança, saúde e resposta emergencial.

4. ENQUADRAMENTO COM O PLABS

4.1. Considerando que a presente demanda não se encontrava originariamente prevista no PLABS para este exercício, seu prosseguimento foi submetido previamente à instância decisória competente da Companhia, tendo sido autorizada pela Diretoria Executiva a continuidade dos estudos e das providências preparatórias necessárias à futura contratação, nos termos da regulamentação interna aplicável.

5. CRITÉRIOS DE PARCELAMENTO OU AGRUPAMENTO EM LOTES

5.1. Não se recomenda o parcelamento do objeto em contratos distintos, uma vez que a prestação exige integração entre ambulância, equipe assistencial, equipamentos, materiais, medicamentos, manutenção, suporte operacional, regularidade sanitária e cobertura contínua, elementos que se mostram interdependentes sob o ponto de vista técnico e operacional.

5.2. O parcelamento tenderia a elevar a complexidade gerencial, dificultar a fiscalização, enfraquecer a responsabilização da futura prestadora e aumentar o risco de descontinuidade da cobertura assistencial.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

6.1. O objeto definido no presente Termo de Referência enquadra-se como serviço comum, na medida em que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado, requisitos técnicos, sanitários, assistenciais e operacionais claramente estabelecidos.

6.2. A prestação também se caracteriza como serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, por se destinar ao atendimento de necessidade administrativa permanente e recorrente da PortosRio, cuja interrupção pode comprometer a segurança assistencial, a proteção à vida, a saúde, a integridade física das pessoas que circulam nas áreas portuárias e a continuidade das atividades desenvolvidas nos complexos sob administração da Companhia.

6.3. A futura contratação deverá ser processada por meio de pregão eletrônico, por se tratar de serviço comum, com disputa em ambiente eletrônico, observadas a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos da PortosRio e as demais normas internas aplicáveis.

6.4. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de menor preço global, por se mostrar mais compatível com a natureza integrada da solução pretendida, que reúne, em um único objeto, ambulâncias, equipe assistencial, equipamentos, insumos, medicamentos, manutenção, seguros, regularidade sanitária e suporte operacional contínuo.

6.5. A adoção do menor preço global mostra-se mais adequada do que eventual fracionamento por itens autônomos, uma vez que a solução exige execução integrada, responsabilidade unificada da futura contratada e fiscalização centralizada, de modo a preservar a coerência técnica, assistencial e operacional do serviço.

7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

7.1. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade extraordinária que justifique a soma de capacidades empresariais distintas, havendo no mercado empresas aptas a executar, individualmente, a solução pretendida.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

8.2. A execução ocorrerá mediante disponibilização contínua de 4 (quatro) ambulâncias de suporte avançado, com cobertura assistencial 24 horas por dia, durante todos os dias do mês, observada a distribuição operacional definida pela PortosRio.

8.3. A prestação compreenderá a permanência das unidades em condição de atendimento, a pronta resposta às ocorrências, a manutenção da equipe mínima por turno, a reposição de insumos, a conservação das condições operacionais da unidade móvel e a substituição imediata de ambulância, equipamento ou profissional indisponível, sempre que necessário à continuidade do serviço.

8.4. A execução contratual será prestada com dedicação exclusiva de mão de obra, cabendo à contratada disponibilizar, em cada unidade móvel, a equipe mínima exigida neste Termo de Referência, composta por condutor de veículo de urgência, enfermeiro e médico, além de assegurar a cobertura integral dos turnos, substituições, gestão de escalas e todos os encargos inerentes à disponibilização e manutenção do pessoal necessário à execução do serviço.

8.5. Em razão da dedicação exclusiva de mão de obra e da relevância dos custos de pessoal para a adequada formação do preço, a futura contratação deverá observar composição de custos compatível com a estrutura remuneratória da categoria profissional envolvida, sem prejuízo da incidência dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, securitários e demais custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto.

8.6. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as ambulâncias, os equipamentos embarcados, os materiais, os insumos, os medicamentos e os demais recursos assistenciais em condições regulares de uso, com vistorias, certificações, aferições,

calibrações, licenças e demais exigências técnicas, sanitárias e operacionais devidamente atualizadas, assegurando plena disponibilidade da solução e continuidade da cobertura assistencial contratada.

9. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

9.1. A empresa contratada deverá, no prazo máximo de 10 dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, apresentar à fiscalização a garantia no valor correspondente a 5 por cento do valor global do contrato.

9.2. A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no § 1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

9.3. A garantia somente será devolvida à contratada quando terminada a execução contratual, após o integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a PortosRio.

9.4. Em caso de aditamento contratual que importe elevação de valor, a contratada deverá reforçar proporcionalmente a garantia prestada.

9.5. A garantia será considerada extinta em até 90 dias após o término da vigência contratual, sem prejuízo de prazo superior em caso de sinistro ou pendência justificada.

10. PRAZOS DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. O início da execução deverá ocorrer no prazo máximo a ser fixado no contrato, contado da última assinatura eletrônica entre as partes, observada a necessidade de mobilização da estrutura assistencial, da equipe, das ambulâncias, dos equipamentos e dos insumos necessários.

10.2. O recebimento dos serviços será realizado mediante aferição mensal da regularidade da cobertura assistencial, da disponibilidade das unidades, da composição mínima da equipe, da regularidade documental e sanitária, do funcionamento dos equipamentos e da efetiva prestação do serviço, conforme relatórios operacionais e atesto da fiscalização.

10.3. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pela adequação técnica, assistencial, sanitária e operacional da solução.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. A licitante deverá apresentar atestado ou atestados de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a prestação de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel e suporte médico avançado, compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

11.2. Considerar-se-ão pertinentes ao objeto da licitação os atestados que demonstrem experiência anterior na prestação de serviços de suporte médico avançado, inclusive quanto à operação assistencial com equipe completa, equipamentos, insumos e cobertura contínua.

11.3. Para fins de compatibilidade quantitativa, será exigida a comprovação de experiência mínima correspondente a quantidade de ambulâncias objeto da futura contratação, pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

11.4. Cada atestado deverá conter, no mínimo, nome do declarante, CNPJ, endereço, telefone da empresa emitente, local de execução, período de prestação, descrição clara dos serviços executados e demais elementos aptos a demonstrar o satisfatório desempenho da licitante na execução de serviços compatíveis com o objeto.

11.5. A PortosRio poderá solicitar, em caráter de diligência, informações complementares para comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que lhes deu suporte, endereço atual da contratante, local em que os serviços foram prestados e demais documentos que se revelem necessários à validação da experiência informada.

11.6. A licitante deverá comprovar, para fins de habilitação, a propriedade das ambulâncias que constituem os objetos principais da contratação, mediante apresentação dos respectivos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo, ou documentos equivalentes legalmente idôneos, em nome da própria licitante, em quantitativo compatível com a execução do objeto, de modo a evidenciar capacidade material imediata para a prestação do serviço contínuo de suporte avançado pretendido pela PortosRio.

11.7. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição perante o Conselho Regional de Medicina competente.

11.8. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição perante o Conselho Regional de Enfermagem competente.

11.9. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição perante o Conselho Regional de Farmácia competente, quando exigível em razão da estrutura assistencial, da guarda, controle e dispensação dos medicamentos e insumos vinculados à execução do objeto.

11.10. A licitante deverá comprovar cadastro regular no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, quando aplicável à natureza do serviço e à forma de organização da solução assistencial ofertada.

11.11. A licitante deverá apresentar Alvará Sanitário vigente, expedido pela autoridade sanitária competente, compatível com a atividade objeto da contratação.

11.12. A licitante deverá apresentar declaração de que possui instalações, aparelhamento, estrutura operacional e recursos materiais adequados e disponíveis para a realização dos serviços objeto da licitação, compatíveis com a cobertura assistencial contínua e com a complexidade da solução pretendida.

11.13. A licitante deverá comprovar que dispõe de profissional ou profissionais de nível superior com qualificação compatível com a gestão e a execução dos serviços de atendimento e transporte de pacientes em ambulâncias, sem prejuízo da exigência, para fins de execução contratual, de equipe mínima composta por condutor de veículo de urgência, enfermeiro e médico, nos termos deste Termo de Referência.

11.14. A licitante deverá comprovar, para fins de habilitação, e a futura contratada, para fins de início da execução contratual, que as unidades disponibilizadas possuem vistorias, certificações, calibrações, licenças e regularidade sanitária e operacional compatíveis com a natureza do serviço, sem prejuízo da fiscalização permanente da PortosRio durante a vigência contratual.

12. VALOR ESTIMADO

12.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 9.573.467,85 (nove milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

12.2. Em razão da natureza do objeto e da execução com dedicação exclusiva de mão de obra, as licitantes deverão apresentar proposta acompanhada de planilha de formação de preços e custos, com detalhamento suficiente dos componentes remuneratórios e operacionais da contratação.

12.3. A planilha deverá contemplar, no mínimo, os salários-base dos profissionais envolvidos, os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios, custos de substituição e cobertura de turnos, tributos, seguros, manutenção, equipamentos, materiais, medicamentos, insumos, custos administrativos e demais elementos necessários à plena execução do objeto.

12.4. Os valores lançados na planilha deverão guardar compatibilidade com a categoria profissional dos empregados envolvidos, com as exigências legais e convencionais eventualmente aplicáveis e com a estrutura operacional prevista neste Termo de Referência, permitindo a adequada análise da exequibilidade da proposta.

12.5. A PortosRio poderá promover diligências para esclarecimento da composição dos preços, verificação da compatibilidade dos salários informados, conferência dos encargos incidentes e apuração da exequibilidade da proposta, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários próprios da PortosRio, observada a disponibilidade orçamentária, a reserva orçamentária e o remanejamento devidamente autorizado nos autos pelas áreas competentes, pela SUPJUR e pela DIREXE.

13.2 Registra-se que o remanejamento orçamentário autorizado contempla o valor estimado de R\$ 9.573.467,85 (nove milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e

sete reais e oitenta e cinco centavos), inicialmente vinculado à Conta nº 221401001 – Demandas Judiciais Trabalhistas / Ação nº 20102001 – Demandas Judiciais Trabalhistas, com indicação de utilização, para fins de adequada classificação da despesa, da Conta nº 228601003 – Serviços de Condução de Veículos / Ação nº 20901008 – Condução de Ambulâncias.

13.3 A efetiva execução da despesa deverá observar a classificação orçamentária indicada pela área competente, bem como a compatibilidade entre o valor estimado da contratação, a reserva orçamentária disponível e os atos de remanejamento juntados aos autos.

13.4 Considerando tratar-se de contratação com vigência inicial de 12 meses, com possibilidade de execução abrangendo mais de um exercício financeiro, deverá ser observada a previsão orçamentária proporcional ao exercício corrente, sem prejuízo do acompanhamento da disponibilidade orçamentária nos exercícios subsequentes, conforme o cronograma de execução, a programação financeira da Companhia e as normas internas aplicáveis.

14. PAGAMENTO

14.1. O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela PortosRio no prazo de 30 dias consecutivos, contados da data de sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela fiscalização, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da contratada.

14.2. As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes deverão ser apresentadas sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

14.3. Havendo erro nos documentos fiscais ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, estes serão devolvidos à contratada, e o pagamento ficará pendente até a regularização.

14.4. Juntamente com os documentos fiscais, a contratada deverá apresentar a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos exigidos para o atesto da execução, inclusive relatórios operacionais mensais.

14.5. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impedirá o pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis no âmbito contratual e sancionatório.

15. VIGÊNCIA

15.1. O prazo de duração do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da PORTOSRIO, observada a limitação de duração prevista no artigo 71 da Lei nº 13.303/16.

16. REAJUSTE

16.1. O valor contratual poderá ser reajustado anualmente, observado o interregno mínimo de 12 meses, contado da data limite para apresentação da proposta, mediante aplicação do IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

16.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1. O objeto será acompanhado e fiscalizado por empregados designados pela PortosRio, denominados simplesmente fiscalização, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento que venha a ser determinado pela Companhia.

17.2. Competirá à fiscalização verificar a disponibilidade das ambulâncias, a regularidade da equipe assistencial, a adequação dos equipamentos, a validade dos insumos e medicamentos, a conformidade da documentação sanitária e operacional, bem como a efetiva prestação dos serviços nas condições pactuadas.

17.3. Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a contratada serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio.

17.4. O procedimento de fiscalização não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução do objeto.

17.5. Caso haja registro de ocorrência relacionada com a execução contratual que possa ensejar aplicação de penalidade, o gestor ou a fiscalização dará ciência do ocorrido à área competente da PortosRio, para fins de apuração e eventual aplicação de sanção, na forma da regulamentação interna aplicável.

18. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

18.1. A contratada deverá manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a toda e qualquer informação, dado, documento, rotina operacional ou elemento institucional a que tiver acesso em razão da execução do contrato, salvo nos casos de informações classificadas pela PortosRio como de domínio público ou quando houver imposição legal em sentido diverso.

19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade compatíveis com a natureza da contratação, especialmente no que se refere à manutenção preventiva das ambulâncias, à redução de emissões, ao controle de consumo de combustível, à destinação adequada de

resíduos automotivos e à observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis ao manejo e descarte de resíduos assistenciais.

19.2. As ambulâncias deverão ser mantidas em adequado estado de conservação mecânica e ambiental, de forma a minimizar ruídos, emissões excessivas, vazamentos e demais impactos operacionais evitáveis.

20. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

20.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 82 da Lei nº 13.303/2016:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PortosRio, por até 2 (dois) anos.

20.2. As sanções constantes dos incisos I e III do subitem anterior poderão ser aplicadas de forma cumulativa com a constante do inciso II do mesmo subitem.

20.3. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do instrumento contratual ou retirada do instrumento equivalente;
- Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela CDRJ;
- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a CDRJ em virtude de atos ilícitos praticados;
- Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- Incorrer em inexecução contratual;
- Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
- Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir em conluio com empresa do mesmo grupo econômico com o objetivo de manipular o caráter competitivo da licitação;
- Ter fraudado licitação pública ou instrumento contratual dela decorrente;
- Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar instrumento contratual;
- Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de instrumentos contratuais celebrados com a CDRJ, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos contratuais celebrados com a CDRJ;

- Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
- Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- Deixar de manter o nível de qualidade exigido pela CDRJ na execução do instrumento contratual, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso

20.4. DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

20.4.1. A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

20.4.2. A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela CDRJ.

20.5. DA SANÇÃO DE MULTA

20.5.1. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CDRJ, por até 2 (dois) anos.

20.5.2. A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

20.6. DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

20.6.1. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CDRJ, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

20.6.2. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

20.6.3. A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

20.6.4. Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no subitem 13.1, a CDRJ definirá o rito apropriado, observando, em especial, o seguinte:

- Notificação formal à CONTRATADA;
- Garantia do contraditório e da ampla defesa;

-Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

20.6.5. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a CDRJ autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA o valor da multa devida.

20.6.6. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

20.6.7. Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

20.6.8. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

20.6.9. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CDRJ.

20.6.10. As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 13.303/2016, a contratada deverá:

- a) executar os serviços em estrita conformidade com este Termo de Referência, com o contrato e com as determinações da fiscalização;
- b) disponibilizar as ambulâncias em perfeitas condições de funcionamento, conservação, higienização, regularidade documental e aptidão assistencial;
- c) manter equipe mínima composta por condutor de veículo de urgência, enfermeiro e médico, assegurando cobertura integral dos turnos e substituição imediata em caso de ausência, impedimento ou indisponibilidade;
- d) garantir que os profissionais estejam regularmente habilitados para o exercício de suas funções e em situação regular perante os respectivos conselhos profissionais;
- e) garantir que o condutor possua habilitação compatível com a categoria do veículo e formação exigida para condução de veículo de emergência;
- f) fornecer todos os equipamentos, materiais, medicamentos, insumos, gases medicinais e demais recursos necessários ao atendimento pré-hospitalar avançado;
- g) assegurar a manutenção preventiva e corretiva das ambulâncias e dos equipamentos embarcados, bem como a aferição, calibração e validade dos equipamentos biomédicos, quando aplicável;
- h) manter regularidade sanitária compatível com a atividade exercida, inclusive quanto ao licenciamento do serviço e das unidades, quando exigível;
- i) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à PortosRio, com poderes para responder pela fiel execução do contrato;

- j) permitir, a qualquer tempo, auditorias, inspeções ou verificações por parte da PortosRio, relativas aos serviços executados ou em execução;
- k) manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- l) comunicar formalmente à PortosRio qualquer anormalidade, ocorrência ou fato relevante que possa impactar a execução dos serviços;
- m) responder administrativa, civil e penalmente por danos causados à PortosRio ou a terceiros em decorrência da execução contratual.
- n) Assumir integral responsabilidade pela contratação, remuneração, gestão, substituição e desligamento dos profissionais alocados na execução do contrato, respondendo integralmente pelos salários, adicionais, benefícios, férias, décimo terceiro salário, encargos sociais, previdenciários, fundiários, tributários, securitários e quaisquer outros ônus decorrentes da relação de trabalho ou da prestação dos serviços.
- o) Manter adimplidas, durante toda a execução contratual, as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e fundiárias relativas aos empregados vinculados ao contrato, apresentando, quando exigido pela fiscalização, os documentos comprobatórios pertinentes.
- p) Arcar integralmente com os custos decorrentes da dedicação exclusiva de mão de obra, inclusive cobertura de férias, afastamentos, faltas, licenças, substituições, treinamentos, reciclagens, encargos legais e demais despesas necessárias à continuidade da prestação dos serviços, sem interrupção da cobertura assistencial contratada.
- q) Apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, documentação apta a demonstrar a regularidade do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias relacionadas aos empregados vinculados à execução contratual, sem prejuízo das demais verificações admitidas no contrato.
- r) Comprovar, para fins de assinatura e início da execução contratual, a regularidade dos profissionais perante os respectivos conselhos de fiscalização profissional, a regularidade sanitária do serviço, a aptidão técnica das unidades e equipamentos a serem empregados e a compatibilidade da estrutura assistencial com as exigências deste Termo de Referência.
- s) Comprovar que as ambulâncias a serem empregadas na execução contratual atendem às características técnicas mínimas exigidas neste Termo de Referência, inclusive quanto à classificação do veículo, à configuração de suporte avançado, à regularidade documental e à idade máxima admitida.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Além das obrigações resultantes da Lei nº 13.303/2016, a PortosRio deverá:

- a) exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados;
- b) assegurar-se da boa prestação e da qualidade dos serviços executados;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução contratual;
- d) permitir o acesso dos empregados da contratada às áreas necessárias à prestação do serviço, observadas as regras de segurança e controle de acesso aplicáveis;
- e) comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços;
- f) atestar os serviços efetivamente prestados, para fins de liquidação e pagamento;
- g) efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- h) aplicar, quando cabível, as sanções pertinentes.

23. RESPONSABILIDADES

23.1. O instrumento contratual será executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas nele avençadas, com a Lei nº 13.303/2016, com o Regulamento de Licitações e Contratos da PortosRio e com as demais disposições legais pertinentes.

23.2. A contratada assumirá total responsabilidade pela execução plena e satisfatória do contrato, respondendo perante a PortosRio e terceiros pelos atos de seus empregados, prepostos e contratados, bem como pelos vícios, defeitos, falhas, omissões, negligência, imprudência ou imperícia verificados na execução.

23.3. A contratada assumirá integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, tributários, comerciais e securitários decorrentes da contratação e da execução do objeto, inclusive aqueles relacionados aos profissionais alocados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, não se transferindo à PortosRio qualquer responsabilidade automática por seu pagamento.

23.4. A inadimplência da contratada quanto aos encargos referidos no subitem anterior não poderá onerar o objeto contratual nem transferir à PortosRio a responsabilidade por seu adimplemento, sem prejuízo da adoção, pela Administração, das medidas de fiscalização, retenção, glosa, sanção ou demais providências admitidas pela legislação, pela regulamentação interna e pelo contrato.

23.5. A contratada responderá integralmente pela exatidão e exequibilidade da planilha de formação de preços e custos apresentada no certame, inclusive quanto aos salários informados, encargos incidentes, insumos, materiais, medicamentos, manutenção, seguros e demais componentes econômicos da proposta, não podendo alegar erro, omissão ou subdimensionamento posterior como fundamento para afastar obrigações assumidas.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

25. CONTA DEPÓSITO VINCULADA

25.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MPDG N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 são as estabelecidas no presente Edital.

25.2. A CONTRATADA deve autorizar a Administração PortosRio, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

25.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos

contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

25.4. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela PortosRio em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

25.5 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) Férias e um terço constitucional de férias;
- c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

25.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

25.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

25.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

25.9. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

25.10. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade PortosRio para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

25.11. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito

vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

25.12. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

25.13. A empresa deverá apresentar à PortosRio, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

25.14. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

26. REPACTUAÇÃO

26.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da PORTOSRIO, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

26.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

26.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

26.4 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

26.5 Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

26.6 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

26.7 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

26.8 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

26.9 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

26.10 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

26.10.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

26.10. 2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

26.10.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

26.11 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à PORTOSRIO ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

26.12 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à PORTOSRIO ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

26.13 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

26.14 A PORTOSRIO não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais

ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

26.15 Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

26.16 Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo. O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

26.17 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a PORTOSRIO pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

26.18 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

26.19 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

26.20 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

26.21 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

26.21.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

26.21.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

26.21.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de

vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

26.22 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

26.23 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

26.24 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela PORTOSRIO para a comprovação da variação dos custos.

26.25 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

26.26 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

27. APROVAÇÃO E ASSINATURA

27.1. A Equipe de Planejamento da Contratação, regularmente instituída para o presente processo, aprova e assina o presente Termo de Referência, para fins de prosseguimento da instrução e elaboração dos demais atos da contratação.

ANEXO I-A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Objeto síntese: demanda por solução de atendimento pré-hospitalar móvel e suporte médico avançado, mediante disponibilização de ambulâncias, equipe assistencial, equipamentos, insumos, medicamentos, manutenção, seguros e suporte operacional.
- 1.2. Este Estudo Técnico Preliminar foi realizado como base para subsidiar a contratação de solução de atendimento pré-hospitalar móvel e suporte médico avançado, destinada ao atendimento das necessidades da PortosRio, com abrangência sobre os portos administrados pela Companhia, inclusive para cobertura assistencial contínua, resposta a urgências e emergências e apoio a ações preventivas e institucionais correlatas. A estrutura deste ETP observa a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos da PortosRio – IN.GECOMP.06.001, em sua versão vigente, e o Manual de Instruções para Elaboração do Estudo Técnico Preliminar, devendo evidenciar o problema administrativo a ser resolvido, as alternativas disponíveis, a solução mais adequada e a viabilidade do atendimento da demanda.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente demanda administrativa decorre da necessidade da PortosRio de dispor de solução estruturada, contínua e operacionalmente adequada para atendimento pré-hospitalar móvel, suporte avançado à vida e resposta inicial a intercorrências médicas nos complexos portuários sob sua administração, com abrangência sobre os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.
- 2.2. A necessidade não se limita à remoção eventual de pacientes. Em ambiente portuário, caracterizado por circulação intensa de trabalhadores, prestadores de serviço, tripulações, visitantes, cargas, veículos, equipamentos e operações com riscos próprios, a existência de resposta médica móvel qualificada constitui elemento relevante de proteção à vida, mitigação de riscos operacionais e suporte à continuidade das atividades.
- 2.3. A ausência de solução estruturada pode ampliar o tempo-resposta em situações críticas, elevar a exposição da Companhia a eventos de maior gravidade e comprometer a capacidade institucional de pronta atuação diante de emergências clínicas e traumáticas.
- 2.4. A demanda também deve ser compreendida à luz da natureza das atividades desenvolvidas em áreas portuárias, que envolvem operações contínuas, circulação em áreas extensas, acesso controlado, ambientes com risco ocupacional e necessidade de atendimento inicial em locais nem sempre imediatamente servidos por estruturas

hospitales ou unidades fixas de urgência. Nessa realidade, a simples dependência da rede externa de saúde, sem apoio local previamente estruturado, não se mostra suficiente para atender de forma satisfatória ao interesse administrativo, à segurança institucional e à proteção dos usuários das instalações portuárias.

- 2.5. Além da resposta a urgências e emergências, a solução pretendida deverá funcionar como posto avançado médico móvel, oferecendo suporte a ações planejadas de saúde e segurança, campanhas institucionais, eventos operacionais, treinamentos, simulados, ações preventivas, atividades educativas e apoio a operações que demandem cobertura médica local.
- 2.6. Esse aspecto amplia a utilidade administrativa da solução, pois a transforma em estrutura de apoio permanente à gestão de riscos, e não apenas em recurso reativo para remoções.
- 2.7. A demanda igualmente se relaciona à necessidade de fortalecimento da governança de segurança e saúde no ambiente portuário. A disponibilização de cobertura médica móvel em regime contínuo permite à Administração aperfeiçoar sua capacidade de resposta, melhorar a organização interna dos fluxos de atendimento, estruturar protocolos assistenciais mínimos e conferir maior previsibilidade à atuação em situações críticas, reduzindo improvisações e dependência exclusiva de acionamentos externos em cenários de maior urgência.
- 2.8. No caso específico do Porto do Forno, a previsão de unidade em prontidão operacional até a retomada das atividades não representa ociosidade injustificada, mas medida de planejamento e prontidão compatível com a lógica de expansão ou reativação operacional. A modelagem deve permitir que a Administração disponha de solução já estruturada para rápida ativação plena quando necessário, evitando descontinuidade de cobertura e atrasos na resposta institucional.
- 2.9. Em síntese, a presente demanda consiste na identificação da solução mais adequada para assegurar atendimento pré-hospitalar móvel, suporte avançado à vida, cobertura assistencial de urgência e apoio médico operacional nos portos administrados pela PortosRio, de forma contínua, segura, tecnicamente qualificada e compatível com a realidade funcional e territorial da Companhia.
- 2.10. A disponibilização de estrutura de atendimento pré-hospitalar móvel em ambiente portuário deve ser compreendida, em primeiro plano, como medida voltada à tutela da vida, da saúde e da integridade física de todos aqueles que circulam, trabalham, prestam serviços ou desenvolvem atividades nas áreas sob administração da PortosRio. Em complexos portuários, nos quais coexistem operações logísticas, circulação de cargas, equipamentos de grande porte, tráfego de veículos, atividades embarcadas, serviços terceirizados, rotinas administrativas e presença permanente de trabalhadores e usuários, a existência de resposta assistencial qualificada não constitui providência acessória, mas elemento relevante de proteção institucional e de redução de riscos.

-
- 2.11. A vida e a saúde das pessoas que atuam ou transitam nas instalações portuárias devem ser consideradas bens jurídicos e administrativos de máxima relevância, de modo que a existência de cobertura mínima de resposta médica móvel se insere no dever de organização da Administração para enfrentamento de situações críticas. Quanto maior a complexidade do ambiente operacional, maior é a necessidade de adoção de mecanismos estruturados de pronta resposta, aptos a reduzir o tempo entre a ocorrência e o primeiro atendimento qualificado, favorecendo maior chance de estabilização inicial, adequada condução do caso e mitigação de agravamentos evitáveis.
- 2.12. Sob essa perspectiva, a presente demanda se justifica como instrumento de fortalecimento da capacidade institucional da PortosRio de responder adequadamente a eventos clínicos e traumáticos, reduzindo a vulnerabilidade assistencial dos complexos portuários e permitindo que a Companhia disponha de solução mínima e permanente de suporte à saúde em ambiente de risco operacional específico. A ausência de estrutura dessa natureza amplia a dependência exclusiva de redes externas e pode comprometer a efetividade do primeiro atendimento, especialmente em áreas extensas, controladas e operadas sob dinâmica própria.
- 2.13. A relevância da solução também se projeta sobre a própria normalidade operacional dos portos administrados pela Companhia. A existência de ambulância estruturada, equipe apta e suporte assistencial contínuo contribui para maior segurança na condução das operações, para melhor organização dos fluxos internos e para maior previsibilidade institucional diante de intercorrências que, sem resposta qualificada, tendem a produzir impactos mais severos sobre a rotina administrativa e operacional.
- 2.14. Em plano complementar, embora a premissa principal da demanda resida na proteção à vida, à saúde e à segurança operacional, não se pode desconsiderar que a existência de infraestrutura assistencial mínima e permanente também repercute positivamente sobre a imagem institucional da PortosRio e sobre a percepção de qualidade estrutural dos portos por ela administrados. Ambientes portuários que dispõem de recursos organizados de resposta emergencial tendem a transmitir maior grau de estrutura, governança, confiabilidade e prontidão operacional, aspectos que dialogam diretamente com a atratividade dos ativos portuários.
- 2.15. A disponibilidade de solução assistencial dessa natureza também pode funcionar, secundariamente, como fator de fortalecimento do ambiente de negócios, na medida em que portos mais estruturados, mais seguros e dotados de melhores condições de apoio operacional oferecem cenário mais favorável à recepção de investidores, operadores, parceiros estratégicos e potenciais arrendatários. A presença de recursos institucionais voltados à proteção da vida e à resposta a emergências integra, nesse contexto, o conjunto de atributos que contribuem para a percepção de maturidade operacional e de confiabilidade da infraestrutura disponível.
- 2.16. Para agentes econômicos interessados em investir, operar ou ampliar sua presença em áreas portuárias, a existência de suporte assistencial organizado representa indicativo de que o ambiente administrado pela autoridade portuária dispõe de maior

capacidade de gestão de risco, melhor estrutura de apoio e maior compromisso com padrões institucionais de segurança e funcionamento. Ainda que não constitua, por si só, fator determinante de investimentos ou arrendamentos, trata-se de elemento que se soma ao conjunto de condições institucionais e operacionais aptas a tornar os ativos portuários mais atrativos e melhor preparados para receber novas oportunidades de negócio.

- 2.17. Também sob esse enfoque, a presente demanda pode ser compreendida como medida que, ao mesmo tempo em que protege pessoas e fortalece a capacidade responsiva da Companhia, contribui para a qualificação do ambiente portuário administrado pela PortosRio, agregando valor institucional à gestão dos ativos e reforçando a percepção de que os portos sob sua administração caminham em direção a maior estruturação, maior segurança e maior capacidade de suporte às atividades econômicas que neles se desenvolvem.
- 2.18. Assim, a necessidade ora identificada possui fundamento principal na preservação da vida, da saúde, da segurança e da continuidade operacional, mas também apresenta reflexos institucionais mais amplos, ao favorecer a organização dos complexos portuários, a elevação do padrão de suporte existente, a melhoria da imagem da autoridade portuária e a consolidação de ambiente mais estruturado e confiável para trabalhadores, usuários, operadores, investidores e potenciais arrendatários.

3. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO E AO INTERESSE DA PORTOSRIO

- 3.1. A presente demanda alinha-se aos objetivos de continuidade operacional, segurança institucional, proteção à vida, gestão de riscos e fortalecimento da capacidade de resposta da PortosRio em seus complexos portuários, na medida em que busca estruturar solução apta a conferir maior prontidão assistencial e melhor suporte às atividades desenvolvidas em ambiente portuário, marcado por circulação de trabalhadores, usuários, equipamentos, veículos, cargas e operações com riscos próprios.
- 3.2. Em ambiente operacional sensível, no qual coexistem atividades administrativas, logísticas, patrimoniais e operacionais, a existência de suporte médico avançado móvel guarda aderência direta ao interesse empresarial da estatal, por contribuir para reduzir vulnerabilidades, dar maior previsibilidade ao tratamento de ocorrências e fortalecer a resiliência institucional diante de eventos adversos, inclusive em situações que exijam resposta inicial imediata, estabilização de pacientes e encaminhamento adequado em casos de urgência e emergência.
- 3.3. Sob a ótica do planejamento, a demanda também se harmoniza com as diretrizes internas da PortosRio para instrução das contratações, especialmente no que se refere à necessidade de demonstrar o problema administrativo a ser enfrentado, avaliar as alternativas disponíveis e apresentar conclusão motivada quanto à solução mais adequada e à viabilidade do atendimento da necessidade. Ainda que a matéria não se encontre originariamente prevista no PLABS, houve submissão da questão à instância decisória competente da Companhia, tendo a Diretoria Executiva autorizado

o prosseguimento da matéria, de modo a viabilizar a regular continuidade dos estudos e das providências preparatórias relacionadas à futura contratação.

- 3.4. A solução a ser definida deverá, portanto, ser analisada não apenas pelo seu custo imediato, mas por sua aderência ao interesse administrativo, sua capacidade efetiva de cobertura territorial, seu nível de prontidão, sua segurança assistencial e sua utilidade institucional ampliada, inclusive para campanhas, ações preventivas e apoio médico em operações, eventos, treinamentos, simulados e demais atividades desenvolvidas nas áreas sob administração da PortosRio.
- 3.5. A demanda também se mostra compatível com a lógica de fortalecimento da governança institucional da Companhia, na medida em que permite maior organização da resposta a eventos críticos, melhor articulação entre saúde, segurança e operação, e redução da dependência exclusiva de estruturas externas em situações de urgência. Ao mesmo tempo, contribui para estruturar solução mais estável, controlável e aderente à realidade dos portos administrados pela Companhia, conferindo maior segurança administrativa ao tratamento da matéria e maior previsibilidade à futura execução contratual.
- 3.6. Cumpre destacar, ainda, que o alinhamento ao interesse da PortosRio não decorre apenas da utilidade operacional da medida, mas também da necessidade de prover estrutura mínima compatível com a complexidade do ambiente portuário, com a extensão territorial dos complexos sob administração da Companhia e com a responsabilidade institucional de adoção de providências preventivas e responsivas voltadas à proteção da vida, à redução de riscos e à preservação da normalidade operacional. Nesse contexto, a autorização já conferida pela DIREXE para o avanço da matéria reforça a aderência institucional da demanda e legitima o prosseguimento da sua adequada instrução técnica e administrativa.

4. REQUISITOS FUNCIONAIS E DE DESEMPENHO DA SOLUÇÃO

- 4.1. A solução a ser identificada deverá ser apta a assegurar cobertura assistencial móvel, em regime contínuo de 24 horas por dia, durante todos os dias do mês, para atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência, transporte de pacientes de maior gravidade e suporte avançado à vida nos portos ativos administrados pela PortosRio.
- 4.2. Deverá contemplar unidades compatíveis com a classificação de ambulância Tipo D, aptas ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco que demandem cuidados médicos intensivos, com os equipamentos médicos necessários para essa função.
- 4.3. As unidades móveis a serem disponibilizadas deverão apresentar elevado grau de confiabilidade operacional e compatibilidade com a natureza crítica do serviço, razão pela qual se adota, como parâmetro técnico da solução, a exigência de ambulâncias com idade máxima de 2 anos de uso, contados do primeiro licenciamento, em atenção à necessidade de redução do risco de falhas mecânicas, de indisponibilidade da frota e de degradação da célula sanitária.

-
- 4.4. A limitação de idade da frota encontra justificativa técnica na necessidade de assegurar maior disponibilidade operacional, menor probabilidade de interrupções por falha veicular, melhores condições de conservação da estrutura interna destinada ao atendimento de pacientes e maior confiabilidade da solução em regime contínuo de 24 horas por dia, especialmente em ambiente portuário, no qual o tempo de resposta e a estabilidade do recurso assistencial possuem relevância direta para a proteção da vida e da saúde.
- 4.5. Em se tratando de ambulância de suporte avançado, a exigência de frota mais nova ou de baixo tempo de uso revela-se compatível com a criticidade do objeto, com a necessidade de preservação dos sistemas embarcados e com a adequada prestação do atendimento pré-hospitalar móvel, sem prejuízo de demonstração, na fase subsequente da instrução, de que o requisito se mantém proporcional e compatível com a realidade do mercado.
- 4.6. A solução deverá prever equipe completa composta, no mínimo, por condutor de veículo de urgência, enfermeiro e médico, em consonância com a regulamentação do suporte avançado terrestre e do cadastro nacional dos serviços móveis de urgência.
- 4.7. O condutor de veículo de urgência deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação compatível com a categoria do veículo utilizado, observadas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e da regulamentação de trânsito aplicável à condução de veículos de emergência, inclusive quanto à formação específica e à atualização periódica, quando cabíveis.
- 4.8. Os profissionais médicos e de enfermagem que integrarem a solução deverão estar regularmente habilitados para o exercício profissional, com inscrição ativa e regular nos respectivos conselhos de fiscalização profissional, sem prejuízo da comprovação de qualificação técnica compatível com a atuação em atendimento pré-hospitalar móvel.
- 4.9. No suporte avançado de vida, a composição mínima da equipe deverá observar a presença de médico, enfermeiro e condutor de veículo de urgência, em consonância com a regulamentação sanitária e profissional aplicável ao atendimento pré-hospitalar móvel e à ambulância Tipo D. A Portaria GM/MS nº 2.048/2002 classifica a ambulância Tipo D como de suporte avançado, e a Resolução COFEN nº 713/2022 estabelece, no suporte avançado de vida, a atuação do enfermeiro em conjunto com o médico e o condutor.
- 4.10. A solução deverá garantir cobertura territorial suficiente para atendimento do porto e de sua área de influência operacional, aptidão para atuação em áreas controladas, compatibilidade com protocolos de acesso e segurança portuária, e capacidade de servir não apenas à resposta emergencial, mas também como posto avançado médico móvel, com suporte a campanhas, ações preventivas, simulados, eventos operacionais e atividades institucionais correlatas.

-
- 4.11. Também deverá apresentar confiabilidade operacional, regularidade documental, manutenção adequada, calibração e validade dos equipamentos médicos, qualificação da equipe profissional e disponibilidade contínua, com substituição tempestiva de unidade ou profissionais em caso de falha, ausência ou indisponibilidade.
- 4.12. As unidades móveis deverão dispor dos equipamentos médicos, materiais, medicamentos e demais recursos assistenciais compatíveis com a classificação de ambulância Tipo D, em conformidade com a normatização do Ministério da Saúde e com os parâmetros técnicos aplicáveis ao suporte avançado terrestre. A Portaria GM/MS nº 2.048/2002 define a ambulância Tipo D como veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e no transporte inter-hospitalar, devendo contar com os equipamentos médicos necessários para essa função.
- 4.13. A solução deverá assegurar a manutenção preventiva e corretiva das ambulâncias, a conservação das condições operacionais da célula sanitária, a integridade dos equipamentos embarcados e a comprovação da aferição, calibração e validade dos equipamentos biomédicos, sempre que aplicável, de modo a garantir segurança assistencial, confiabilidade operacional e aderência às exigências técnicas do serviço. Esse cuidado se mostra compatível com a natureza da ambulância de suporte avançado e com os parâmetros de funcionamento de serviços de urgência e emergência e de transporte médico.
- 4.14. A futura contratação deverá prever a obrigatoriedade de reposição e disponibilidade contínua de insumos, medicamentos, materiais de imobilização, oxigenoterapia, monitorização, ventilação e demais itens indispensáveis ao atendimento pré-hospitalar avançado, bem como mecanismos de controle de validade, integridade, acondicionamento e rastreabilidade mínima do material assistencial embarcado. A Resolução CFM nº 1.672/2003 e a Portaria GM/MS nº 2.048/2002 pressupõem que a ambulância de suporte avançado opere com os equipamentos e recursos médicos necessários à função.
- 4.15. A solução deverá observar regularidade sanitária compatível com a atividade exercida, inclusive quanto ao licenciamento do serviço e das unidades móveis perante a vigilância sanitária competente, quando exigível, bem como ao atendimento das exigências documentais, operacionais e assistenciais relacionadas ao funcionamento regular da atividade.
- 4.16. A solução deverá, ainda, permitir resposta organizada e integrada aos diferentes cenários de atendimento, desde intercorrências clínicas e traumáticas até a cobertura assistencial de atividades planejadas, com atuação compatível com a realidade operacional dos portos e com a dinâmica institucional da Companhia.
- 4.17. A solução deverá ser compatível com as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis às atividades assistenciais e ao ambiente de atendimento, inclusive no que se refere à proteção dos profissionais, ao manejo de resíduos, à higienização, ao controle de risco biológico e às condições seguras de operação da unidade móvel,

sem prejuízo da observância das normas regulamentadoras pertinentes e dos protocolos assistenciais e sanitários aplicáveis. A própria base sanitária federal utilizada pela Anvisa em protocolos para transporte de enfermos em portos, aeroportos e fronteiras faz referência expressa à Portaria nº 2.048/2002, à NR 32 e à NBR 14561 como marcos técnicos pertinentes.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

- 5.1. Foram consideradas, em tese, três alternativas principais para o atendimento da necessidade:
 - 5.1.1. Estrutura própria da PortosRio, mediante aquisição de ambulâncias e internalização da operação.
 - 5.1.2. Disponibilização de serviço contínuo por empresa especializada, com equipe completa e suporte integral.
 - 5.1.3. Atendimento exclusivamente sob demanda, por acionamento eventual de ambulâncias externas.

Alternativa 1. Estrutura própria da PortosRio, mediante aquisição de ambulâncias e internalização da operação.

Nessa alternativa, a Companhia adquiriria diretamente as ambulâncias, os equipamentos médicos, os insumos e estruturaria internamente a operação, com contratação ou alocação de profissionais de saúde, manutenção, seguros, calibrações, regularizações sanitárias, escalas e gestão assistencial.

Embora essa modelagem possa sugerir maior domínio direto sobre os ativos, ela apresenta elevada complexidade administrativa, regulatória e operacional.

Exigiria não apenas investimento inicial relevante em veículos e equipamentos, mas também estrutura permanente de gestão assistencial, contratação de médicos e enfermeiros, controle de escalas 24x7, substituições, gestão de insumos, manutenção técnica de equipamentos biomédicos, licenças e conformidade sanitária.

Em termos práticos, ampliaria substancialmente o encargo administrativo da Companhia para atividade que, embora essencial ao ambiente portuário, não se confunde com sua atividade-fim principal.

Alternativa 2. Disponibilização de serviço contínuo por empresa especializada, com equipe completa e suporte integral.

Nessa alternativa, a Administração demanda solução integrada prestada por empresa especializada, com disponibilização contínua de ambulâncias de suporte avançado, equipe completa, equipamentos médicos, medicamentos, manutenção, seguro, regularização, gestão da operação e suporte assistencial integral.

Essa modelagem permite concentrar em um único arranjo operacional a frota, a equipe médica, os equipamentos, os insumos e a responsabilidade técnica pela disponibilidade da

solução, reduzindo encargos internos da PortosRio, aumentando a previsibilidade da execução e favorecendo a fiscalização por conformidade operacional e desempenho.

Mostra-se mais aderente ao interesse administrativo porque desloca para a futura prestadora a obrigação de manter unidade operacional pronta, regular e equipada, sem que a Companhia tenha de internalizar expertise assistencial permanente ou estruturar cadeia própria de manutenção e gestão clínica.

Alternativa 3. Atendimento exclusivamente sob demanda, por acionamento eventual de ambulâncias externas.

Essa alternativa consistiria em demandar apenas atendimentos eventuais ou depender de acionamentos externos conforme cada ocorrência.

Embora aparentemente menos onerosa em termos imediatos, essa solução não atende adequadamente à necessidade identificada.

Não assegura presença contínua, não garante tempo-resposta compatível com a realidade portuária, não oferece função de posto avançado médico, não estrutura cobertura para campanhas e ações preventivas e mantém a Administração excessivamente dependente de disponibilidade externa em situações críticas.

6. ANÁLISE COMPARATIVA DAS ALTERNATIVAS

- 6.1. A análise comparativa indica que a alternativa de disponibilização contínua de ambulâncias de suporte avançado por empresa especializada, com equipe completa e suporte integral, apresenta melhor aderência ao interesse da Administração.
- 6.2. A estrutura própria, embora possível em tese, impõe à PortosRio ônus de gestão e complexidade administrativa desproporcionais, exigindo internalização de atividade especializada, com custos diretos e indiretos elevados e menor flexibilidade operacional.
- 6.3. O atendimento eventual, por sua vez, não entrega cobertura contínua, não atende adequadamente ao caráter preventivo e institucional da demanda e não reduz de modo satisfatório a exposição da Companhia aos riscos operacionais do ambiente portuário.
- 6.4. Já a disponibilização mensal por empresa especializada reúne maior capacidade de resposta, melhor previsibilidade, maior facilidade de fiscalização, redução do encargo administrativo interno e melhor compatibilidade com a natureza permanente da necessidade.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

- 7.1. A partir da análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa identificada, conclui-se que a solução mais adequada consiste na

disponibilização contínua de ambulâncias de suporte avançado à vida, com equipe completa e suporte operacional integral, em regime de cobertura permanente, para atendimento dos portos administrados pela PortosRio.

- 7.2. A solução indicada deverá ser estruturada por meio de unidades móveis do tipo ambulância Tipo D, aptas ao atendimento e transporte de pacientes de maior gravidade, inclusive em situações que demandem cuidados médicos intensivos durante o deslocamento até unidade hospitalar de destino.
- 7.3. As unidades deverão ser estruturadas com padrão técnico compatível com ambulância Tipo D, em veículo do tipo furgão monobloco adaptado para suporte avançado, com célula sanitária apta ao atendimento de pacientes de alto risco, sistemas de energia, sinalização, climatização, oxigenoterapia, iluminação, comunicação e acomodação interna compatíveis com a natureza do serviço.
- 7.4. A solução deverá contemplar, ainda, ambulâncias em elevado estado de conservação, com baixa idade de uso e adequação técnica integral aos requisitos assistenciais, sanitários e operacionais aplicáveis, de modo a assegurar maior confiabilidade à cobertura contínua pretendida pela Administração.
- 7.5. A modelagem escolhida pressupõe a disponibilização de 4 ambulâncias, sendo 4 unidades em operação ativa para cobertura dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.
- 7.6. A solução deverá funcionar em regime de 24 horas por dia, durante todos os dias do mês, com cobertura assistencial de urgência e emergência, apoio à remoção de pacientes, atendimento inicial no local da ocorrência e suporte avançado à vida em toda a área portuária e em sua zona operacional de influência, conforme protocolos a serem detalhados no Termo de Referência.
- 7.7. Além da função emergencial, a solução deverá operar como posto avançado médico móvel, prestando suporte a campanhas institucionais, ações preventivas de saúde, eventos operacionais, treinamentos, simulados, ações educativas, reforço a programas de segurança do trabalho e demais atividades em que a presença de estrutura médica móvel se revele compatível com o interesse da PortosRio.
- 7.8. A equipe embarcada em cada unidade deverá ser composta, no mínimo, por condutor de veículo de urgência, enfermeiro e médico, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis à ambulância de suporte avançado, inclusive quanto à habilitação profissional, regularidade perante os respectivos conselhos de fiscalização, formação específica dos condutores de veículos de emergência e compatibilidade da assistência prestada com a normatização do atendimento pré-hospitalar móvel.
- 7.9. A escolha dessa solução revela-se mais adequada do que a internalização da operação pela Companhia ou do que o acionamento apenas eventual de unidades externas, pois oferece maior previsibilidade, melhor capacidade de resposta, menor sobrecarga administrativa interna e maior aderência à realidade operacional dos

portos, que exigem prontidão, cobertura territorial e compatibilidade com ambientes controlados.

8. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE E PREMISSAS OPERACIONAIS

- 8.1. A estimativa preliminar de quantidade foi definida com base na necessidade de assegurar cobertura mínima aos 4 portos ativos sob administração ou interesse operacional da PortosRio, observando-se a distribuição territorial das unidades, a necessidade de resposta local, a natureza contínua da cobertura assistencial e a exigência de manutenção de capacidade mínima de atendimento em cada complexo portuário.
- 8.2. Nessa lógica, considera-se adequada, em caráter preliminar, a disponibilização de 4 ambulâncias de suporte avançado, distribuídas da seguinte forma: 1 unidade para o Porto do Rio de Janeiro, 1 unidade para o Porto de Itaguaí, 1 unidade para o Porto de Niterói e 1 unidade para o Porto de Angra dos Reis.
- 8.3. A premissa operacional central é a de que cada porto relevante deva dispor de capacidade de atendimento móvel compatível com sua rotina, sua extensão territorial, seu fluxo de trabalhadores e usuários e os riscos próprios da atividade portuária.
- 8.4. No caso do Porto do Forno, registra-se que, embora a unidade portuária permaneça sob responsabilidade da PortosRio, suas atividades operacionais não se encontram atualmente em funcionamento. Assim, eventual implementação futura de ambulância naquela localidade deverá ser objeto de análise específica e superveniente, especialmente à luz da reativação do porto e dos impactos orçamentários correspondentes.
- 8.5. Adota-se, ainda, como premissa, que a solução não se destina exclusivamente a remoções hospitalares. A cobertura deverá alcançar atendimentos clínicos iniciais, estabilização de pacientes, suporte avançado no local da ocorrência, eventual transporte assistido, apoio a campanhas de saúde, cobertura de eventos, ações preventivas, simulados e suporte médico às rotinas operacionais da Companhia.
- 8.6. A solução deverá ser prestada em regime de cobertura contínua, 24 horas por dia, ao longo de todo o mês, o que pressupõe estrutura profissional, assistencial e logística apta a sustentar a operação sem interrupções.
- 8.7. Caberá à futura prestadora assegurar a continuidade da equipe, a manutenção das unidades, a validade e calibração dos equipamentos, o suprimento de medicamentos e materiais e a pronta substituição de qualquer recurso indisponível.
- 8.8. Como premissa de qualidade da solução, adota-se a necessidade de que as ambulâncias apresentem padrão técnico compatível com suporte avançado, adequado estado de conservação, regularidade documental e sanitária, equipamentos e insumos em condições de uso, bem como idade compatível com a exigência de continuidade, segurança e confiabilidade da cobertura assistencial pretendida.

9. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE CUSTOS

- 9.1. A estimativa preliminar de custos deverá ser realizada mediante pesquisa formal de preços, observadas as diretrizes internas da PortosRio para instrução da demanda.
- 9.2. A futura composição estimativa deverá considerar a modelagem operacional adotada neste Estudo Técnico Preliminar, contemplando a disponibilização das unidades móveis de suporte avançado, a cobertura assistencial contínua, a equipe mínima necessária à operação, os equipamentos médicos, insumos, medicamentos, manutenção veicular e biomédica, seguros, regularidade sanitária e os demais encargos indispensáveis à plena execução da solução.
- 9.3. Deverão ser considerados, ainda, todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação regular e contínua do serviço, de modo a assegurar adequada formação de preço, avaliação de exequibilidade e compatibilidade da futura contratação com as condições efetivamente praticadas no mercado.
- 9.4. A consolidação da estimativa dependerá da validação das especificações finais da solução, da definição da distribuição operacional das unidades, da confirmação dos requisitos assistenciais e sanitários aplicáveis e da pesquisa de mercado a ser realizada na etapa subsequente da instrução.

10. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

- 10.1. A demanda não recomenda parcelamento da solução, seja sob o aspecto técnico, seja sob a ótica operacional e gerencial.
- 10.2. A prestação pretendida exige integração entre veículo, equipamentos, equipe médica, materiais, medicamentos, manutenção, seguros, regularidade documental, suporte assistencial e cobertura contínua.
- 10.3. Tais elementos não se comportam de forma autônoma ou fracionável sem prejuízo à funcionalidade da solução.
- 10.4. O parcelamento por itens ou por componentes da solução resultaria em multiplicidade de ajustes e de centros de responsabilidade, com elevação do custo de gestão, maior complexidade fiscalizatória e maior risco de descontinuidade.
- 10.5. Também não se mostra recomendável, nesta fase, o parcelamento geográfico por porto, pois a Administração necessita de solução com padrão uniforme de cobertura, fiscalização centralizada, previsibilidade de custos e governança integrada.
- 10.6. Assim, o não parcelamento se justifica pela natureza integrada da solução, pela interdependência técnica entre seus componentes, pela necessidade de responsabilização unificada da futura prestadora e pelo ganho de eficiência administrativa e operacional que decorre da gestão centralizada.

11. EXPECTATIVAS DE RESULTADOS

- 11.1. Espera-se que a solução escolhida produza, em primeiro plano, a elevação do nível de segurança assistencial nos portos administrados pela PortosRio, mediante redução do tempo de resposta a intercorrências médicas, aumento da capacidade de atendimento inicial e melhoria da prontidão institucional diante de urgências e emergências.
- 11.2. A expectativa é de que a presença de ambulâncias de suporte avançado, com equipe completa e cobertura contínua, reduza a dependência exclusiva da rede externa em situações críticas e permita atuação mais rápida, organizada e eficaz no atendimento de trabalhadores, usuários, visitantes e demais pessoas presentes nas áreas portuárias.
- 11.3. Também se espera o fortalecimento da governança institucional em matéria de saúde e segurança, com melhoria da capacidade da Companhia de planejar, apoiar e executar campanhas de saúde, ações preventivas, simulados, treinamentos e eventos operacionais com respaldo médico local, valendo-se da ambulância como posto avançado médico móvel.
- 11.4. Outro resultado esperado consiste na mitigação de riscos operacionais e reputacionais.
- 11.5. Do ponto de vista gerencial, espera-se ainda maior racionalização do atendimento médico móvel, com fiscalização mais clara, definição objetiva de responsabilidades, padronização do serviço e disponibilidade contínua da solução.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

- 12.1. A demanda, por envolver frota veicular contínua, possui impactos ambientais potenciais associados principalmente ao consumo de combustível, à emissão de poluentes atmosféricos, à geração de resíduos de manutenção automotiva e à destinação de resíduos assistenciais e insumos médico-hospitalares.
- 12.2. Embora tais impactos sejam inerentes à natureza da solução, eles não inviabilizam a medida, desde que acompanhados de exigências mínimas de controle e mitigação.
- 12.3. Entre as providências recomendáveis para a fase seguinte da instrução estão a exigência de manutenção preventiva adequada das unidades, a observância dos limites legais de emissão e ruído, o controle da regularidade dos sistemas mecânicos e a adoção de rotinas corretas de destinação de resíduos automotivos e assistenciais.
- 12.4. No tocante aos resíduos de saúde e materiais utilizados no atendimento pré-hospitalar, a futura solução deverá observar as normas sanitárias e ambientais aplicáveis ao manejo, acondicionamento, transporte e destinação final.

13. RISCOS RELEVANTES DO PLANEJAMENTO

- 13.1. Entre os riscos mais relevantes do planejamento desta demanda, destaca-se o risco de subdimensionamento ou superdimensionamento da cobertura assistencial, caso a distribuição das unidades não reflita adequadamente a dinâmica operacional dos portos e a realidade de suas áreas de influência.
- 13.2. Outro risco relevante consiste na pesquisa de preços inadequada, especialmente se forem cotejadas propostas com objetos heterogêneos, sem uniformidade de escopo, equipe, equipamentos, medicamentos e regime operacional.
- 13.3. Há, ainda, o risco de definição imprecisa das exigências de habilitação e qualificação técnica, seja por excesso, restringindo a competitividade, seja por insuficiência, permitindo participação de empresa sem capacidade efetiva de operar solução assistencial complexa e contínua.
- 13.4. Há, ainda, o risco de contratação de prestadora sem regularidade técnico-profissional suficiente, seja pela ausência de profissionais regularmente inscritos nos respectivos conselhos, seja pela falta de responsável técnico compatível com o serviço, circunstância que pode comprometer a legalidade da execução e a segurança assistencial.
- 13.5. No plano da execução futura, merece destaque o risco de indisponibilidade de ambulâncias, equipe ou equipamentos, bem como o risco de falhas na cobertura 24h, na regularidade sanitária, na validade de medicamentos, na calibração dos equipamentos e na manutenção da prontidão operacional.
- 13.6. Também merece destaque o risco de operação da ambulância em desconformidade com a classificação de suporte avançado, seja pela ausência de equipamentos mínimos, seja por falhas na manutenção, calibração, abastecimento de insumos ou composição da equipe, o que pode descaracterizar a solução pretendida e comprometer a resolutividade do atendimento. A Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e a Resolução CFM nº 1.672/2003 tratam a ambulância Tipo D como unidade de suporte avançado, com exigência de equipamentos médicos e presença de médico quando em serviço.
- 13.7. Deve ser considerado, ainda, o risco de irregularidade sanitária ou documental da futura prestadora, inclusive quanto ao licenciamento, à regularidade dos profissionais, à validade de medicamentos, ao controle de materiais e à conformidade dos equipamentos biomédicos, o que exige adequada previsão de requisitos de habilitação e de mecanismos de fiscalização contratual.
- 13.8. Deve ser considerado o risco de indisponibilidade ou degradação prematura da solução caso as ambulâncias apresentem elevado tempo de uso, inadequada conservação ou maior propensão a falhas mecânicas e estruturais, circunstância que pode comprometer a continuidade da cobertura assistencial, a segurança do paciente e a confiabilidade do serviço. Por essa razão, a definição de requisito objetivo de idade

máxima da frota deverá ser motivada tecnicamente no processo e compatibilizada com a realidade do mercado.

- 13.9. Também é relevante o risco de fragmentação indevida do escopo, caso se tente separar componentes indissociáveis da solução.
- 13.10. Por fim, deve-se mencionar o risco de inadequação da solução ao ambiente portuário, caso não sejam devidamente considerados protocolos de acesso, segurança, circulação e integração com as rotinas operacionais da Companhia.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

- 14.1. À vista do problema administrativo identificado, das características do ambiente portuário, da necessidade de cobertura contínua, da utilidade da ambulância como posto avançado médico móvel e da análise comparativa das alternativas, conclui-se que a demanda é tecnicamente pertinente, operacionalmente necessária e juridicamente viável.
- 14.2. A alternativa que melhor atende ao interesse da PortosRio é a disponibilização de ambulâncias de suporte avançado Tipo D, com equipe completa, equipamentos, medicamentos, manutenção e suporte integral, em regime contínuo de 24 horas por dia durante todos os dias do mês, para cobertura dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.
- 14.3. Entende-se, assim, que a instrução deve prosseguir para a fase seguinte, com aprofundamento técnico da solução, consolidação das especificações finais, formalização da pesquisa de preços, elaboração do mapa de riscos e preparação do correspondente Termo de Referência, observadas as diretrizes da Lei nº 13.303/2016, das normas do Ministério da Saúde aplicáveis ao suporte avançado terrestre e das normas internas da PortosRio.

ANEXO I-B

MATRIZ DE RISCOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Risco	Categoria	Probabilidade	Impacto	Nível	Assunção do Risco	Controle Preventivo	Consequência Predominante	Medidas de Mitigação
Indisponibilidade de ambulância	Execução/Operacional	Média	Crítico	Alto	Contratada	Contratada/Fiscalização	Contratada	Exigir frota reserva; substituição imediata; SLA de disponibilidade e mínima
Falha na cobertura assistencial 24h	Execução/Operacional	Média	Crítico	Alto	Contratada	Contratada/Fiscalização	Contratada	Escalas validadas; controle de jornada; cobertura integral; penalidades contratuais
Ausência de equipe completa (médico/enfermeiro/condutor)	Execução/Técnico	Média	Crítico	Alto	Contratada	Contratada/Fiscalização	Contratada	Comprovação prévia; substituição imediata; controle de escala
Ambulância em desacordo com padrão Tipo D	Assistencial/Técnico	Baixa	Crítico	Alto	Contratada	Fiscalização	Contratada	Vistoria técnica; checklist obrigatório; rejeição da unidade
Equipamentos médicos incompletos ou inoperantes	Assistencial/Técnico	Média	Crítico	Alto	Contratada	Contratada/Fiscalização	Contratada	Inventário mínimo; manutenção e calibração obrigatória
Medicamentos vencidos ou inadequados	Assistencial/Sanitário	Média	Crítico	Alto	Contratada	Fiscalização	Contratada	Controle de validade; rastreabilidade; inspeções periódicas
Falha na manutenção preventiva/corretiva	Execução/Operacional	Média	Alto	Médio	Contratada	Contratada/Fiscalização	Contratada	Plano de manutenção obrigatório; registros auditáveis
Pesquisa de preços inadequada	Planejamento/Financeiro	Média	Alto	Médio	Administração	Administração	Administração	Padronização de escopo; comparação homogênea; validação técnica dos comparativos
Proposta inexecutável	Licitação/Financeiro	Média	Alto	Médio	Licitante	Administração	Contratada	Análise de custos; diligências; comprovação

Risco	Categoria	Probabilidade	Impacto	Nível	Assunção do Risco	Controle Preventivo	Consequência Predominante	Medidas de Mitigação
								de exequibilidade ; desclassificação
Sobrepçoço	Licitação/Financeiro	Média	Alto	Médio	Administração	Administração	Administração	Pesquisa robusta; banco de preços; negociação
Restrição indevida à competitividade	Licitação/Jurídico	Baixa	Alto	Médio	Administração	Jurídico/Administração	Administração	Revisão técnica das exigências; justificativas robustas no ETP e TR
Contratação de empresa sem capacidade técnica	Licitação/Técnico-Jurídico	Média	Crítico	Alto	Contratada	Administração	Contratada	Exigência de atestados; qualificação técnica rigorosa
Irregularidade sanitária da prestadora	Assistencial/Sanitário	Média	Crítico	Alto	Contratada	Fiscalização/Administração	Contratada	Licenciamento obrigatório; verificação documental
Falha na calibração de equipamentos biomédicos	Assistencial/Técnico	Média	Alto	Médio	Contratada	Fiscalização	Contratada	Certificados de calibração; controle periódico
Restrição competitiva decorrente da exigência de idade máxima da frota	Planejamento/Jurídico	Média	Alto	Alto	Administração	Administração/Jurídico	Administração	Estudo de mercado; demonstração de proporcionalidade; justificativa técnica robusta
Subdimensionamento da cobertura assistencial	Planejamento	Média	Crítico	Alto	Administração	Administração	Administração	Revisão da distribuição; análise operacional contínua
Superdimensionamento da solução (custo excessivo)	Planejamento/Financeiro	Baixa	Médio	Médio	Administração	Administração	Administração	Revisão de quantitativos; monitoramento de uso
Inadequação ao ambiente portuário	Execução/Operacional	Média	Alto	Médio	Compartilhado	Administração/Contratada	Compartilhada	Treinamento; integração com protocolos portuários
Falhas na fiscalização contratual	Governança	Baixa	Alto	Médio	Administração	Administração	Administração	Designação formal de fiscais; relatórios periódicos; checklists operacionais
Interrupção do serviço assistencial	Execução/Operacional	Média	Crítico	Alto	Contratada	Contratada/Administração	Compartilhada	Plano de contingência;

Risco	Categoria	Probabilidade	Impacto	Nível	Assunção do Risco	Controle Preventivo	Consequência Predominante	Medidas de Mitigação
								unidades reserva
Responsabilização por falha assistencial	Assistencial/Jurídico	Média	Crítico	Alto	Compartilhado	Administração /Contratada	Compartilhada	Exigência de responsável técnico; seguro; protocolos assistenciais
Dependência excessiva da rede externa de saúde	Estratégico/Institucional	Alta	Crítico	Crítico	Administração	Administração	Administração	Garantir autonomia mínima da solução; cobertura móvel estruturada
Fragmentação indevida do objeto	Planejamento/Governança	Baixa	Alto	Médio	Administração	Administração	Administração	Manutenção do modelo integrado
Gestão inadequada de resíduos de saúde	Assistencial/Ambiental	Média	Alto	Médio	Contratada	Fiscalização	Contratada	Plano de gerenciamento de resíduos
Falhas na reposição de insumos	Execução/Operacional	Média	Alto	Médio	Contratada	Contratada/Fiscalização	Contratada	Estoque mínimo obrigatório; controle logístico
Inadimplemento trabalhista/previdenciário da contratada	Trabalhista	Média	Alto	Alto	Contratada	Administração /Fiscalização	Compartilhada	Fiscalização trabalhista; retenções; GFIP/eSocial; folha analítica; controle de jornadas
Dependência operacional crítica da contratada	Estratégico/Operacional	Média	Alto	Alto	Compartilhado	Administração	Compartilhada	Plano de transição; continuidade mínima obrigatória; cláusula de transição assistida
Interdição sanitária da unidade móvel ou suspensão operacional	Assistencial/Sanitário	Média	Crítico	Alto	Contratada	Fiscalização	Compartilhada	Auditorias; inspeções; substituição imediata da unidade
Caracterização de terceirização ilícita ou subordinação estrutural	Trabalhista/Jurídico	Baixa	Alto	Médio	Compartilhado	Administração /Jurídico	Compartilhada	Fiscalização por resultado; ausência de subordinação direta; autonomia técnica da contratada

ANEXO II**PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**

DESCRIÇÃO	QTD*	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Locação do Veículo - Anexo II-A	4	R\$ 36.987,35	R\$ 147.949,40	R\$ 1.775.392,80
Combustível - Anexo II-B	4	R\$ 5.778,69	R\$ 23.114,75	R\$ 277.377,05
Mão de Obra (Enfermeiro) - Anexo II-C	16	R\$ 11.241,37	R\$ 179.861,85	R\$ 2.158.342,18
Mão de Obra (Motorista Socorrista) - Anexo II-D	16	R\$ 6.928,94	R\$ 110.862,99	R\$ 1.330.355,82
Mão de Obra (Médico)**	120	R\$ 2.800,00	R\$ 336.000,00	R\$ 4.032.000,00
VALOR CONSOLIDADO			R\$ 797.788,99	R\$ 9.573.467,85

* A quantidade informada refere-se à prestação do serviço para 4 (quatro) Portos administrados pela PortosRio, onde para cada Porto foi estimado:

- a) 1 Locação de Veículo com combustível, recarga e materiais
- b) 4 Plantões de Condutores
- c) 4 Plantões de Enfermeiros
- d) 30 Plantões Médicos

** A mão de obra do médico, por ser considerada contratação Pessoa Jurídica (PJ), não teve planilha de custos específica, porém o valor estimado como base para o plantão de 24 (vinte e quatro) horas, seguiu a média prática da tabela informada pela FENAM 2026.

ANEXO II-A

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS RELATIVOS À LOCAÇÃO DO VEÍCULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

A	VALOR DO VEÍCULO	R\$	310.000,00
B	DEPRECIAÇÃO DO VEÍCULO (5% DO VALOR DO VEÍCULO)	R\$	15.500,00
C	SEGURO OBRIGATÓRIO	R\$	-
D	SEGURO TOTAL	R\$	1.759,34
E	LICENCIAMENTO	R\$	323,45
F	DESPESAS COM LICENÇA	R\$	14,42
G	MANUTENÇÃO	R\$	3.440,00
H	SERVIÇOS DE TELEMETRIA	R\$	120,00
I	EQUIPAMENTO / MATERIAL / CILINDROS	R\$	15.830,14
VALOR TOTAL		R\$	36.987,35

ANEXO II-B

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS RELATIVOS AO COMBUSTÍVEL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

KM ESTIMADO MENSAL POR AMBULÂNCIA	CONSUMO ESTIMADO - POR KM RODADO	CONSUMO ESTIMADO - POR MÊS	VALOR UNITÁRIO COMBUSTÍVEL*	VALOR MENSAL COMBUSTÍVEL	VALOR ANUAL COMBUSTÍVEL
5.000	6,1	819,6721311	R\$ 7,05	R\$ 5.778,69	R\$ 69.344,26

*O valor estimado corresponde à média nacional praticada em junho/2026, conforme painel dinâmico da ANP.

ANEXO II-C

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ENFERMEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	4.318,18
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		7823-20
3	Posto de Trabalho		PL 24HS
4	Auxílio alimentação da Categoria Profissional	R\$	-
5	Dias trabalhados no mês		7

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 4.318,18
B	Adicional de Periculosidade	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade - 10% (grau mínimo), 20% (médio) ou 40% (máximo)	R\$ 324,20
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 4.642,38

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 386,71
B	Férias e Adicional de Férias	2,78%	R\$ 129,06
Total		11,11%	R\$ 515,77

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 1.031,63
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 128,95
C	SAT	3,00%	R\$ 154,74
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 77,37
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 51,58
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 30,95
G	INCRA	0,20%	R\$ 10,32
H	FGTS	8,00%	R\$ 412,65
Total		36,80%	R\$ 1.898,20

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (R\$ 8,55 x 2 x 22 - 6% x SalBase)	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 294,00
C	Benefício xxx	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 294,00

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 515,77
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.898,20
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 294,00
Total		R\$ 2.707,97

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,420%	R\$ 19,50

B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,034%	R\$ 0,01
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,440%	R\$ 159,70
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,944%	R\$ 90,25
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,715%	R\$ 0,65
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,062%	R\$ 2,88
Total		6,615%	R\$ 272,97

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 635,28
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 21,35
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	R\$ 3,05
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,27%	R\$ 20,58
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 2,29
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
Total		8,95%	R\$ 682,54

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	0,00%	-
Total		0,00%	-

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ 682,54
4.2	Intra jornada	R\$ -
Total		R\$ 682,54

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 40,00
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 40,00

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 834,59
B	Lucro	5,00%	R\$ 459,02
C	Tributos	14,25%	R\$ 1.601,89
	C.1. Tributos Federais PIS/CONFINS	9,25%	R\$ 1.039,83
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ -
	C.3. Tributos Municipais ISS	5,00%	R\$ 562,07
Total			R\$ 2.895,50

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.642,38
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.707,97
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	272,97
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	682,54
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	40,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		8.345,86
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.895,50
Valor Total por Empregado		11.241,37

ANEXO II-D

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – MOTORISTA SOCORRISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.236,60
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7823-20
3	Posto de Trabalho	PL 24HS
4	Auxílio alimentação da Categoria Profissional	R\$ -
5	Dias trabalhados no mês	7

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 2.236,60
B	Adicional de Periculosidade	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade - 10% (grau mínimo), 20% (médio) ou 40% (máximo)	R\$ 324,20
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 2.560,80

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 213,31
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 284,50
Total		19,44%	R\$ 497,82

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 611,72
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 76,47
C	SAT	3,00%	R\$ 91,76
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 45,88
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 30,59
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,35
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,12
H	FGTS	8,00%	R\$ 244,69
Total		36,80%	R\$ 1.125,57

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (R\$ 8,55 x 2 x 22 - 6% x SalBase)	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 350,00
C	Benefício xxx	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 350,00

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 497,82
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.125,57
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 350,00
Total		R\$ 1.973,39

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,420%	R\$ 10,76

B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,034%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,440%	R\$ 88,09
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,944%	R\$ 49,78
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,715%	R\$ 0,36
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,062%	R\$ 1,59
Total		6,615%	R\$ 150,58

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 390,40
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 13,12
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	R\$ 1,87
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,27%	R\$ 12,65
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 1,41
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
Total		8,95%	R\$ 419,44

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	0,00%	-
Total		0,00%	-

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ 419,44
4.2	Intra jornada	R\$ -
Total		R\$ 419,44

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 40,00
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 40,00

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 514,42
B	Lucro	5,00%	R\$ 282,93
C	Tributos	14,25%	R\$ 987,37
	C.1. Tributos Federais PIS/CONFINS	9,25%	R\$ 640,93
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ -
	C.3. Tributos Municipais ISS	5,00%	R\$ 346,45
Total			R\$ 1.784,73

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.560,80
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.973,39
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	150,58
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	419,44
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	40,00
Subtotal (A + B + C + D + E)		5.144,21
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.784,73
Valor Total por Empregado		6.928,94

ANEXO III

PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Locação do Veículo - Anexo III-A	4			
Combustível - Anexo III-B	4			
Mão de Obra (Enfermeiro) - Anexo III-C	16			
Mão de Obra (Motorista Socorrista) - Anexo III-D	16			
Mão de Obra (Médico)	120			
VALOR CONSOLIDADO				

Indicar sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO III-A a III-D

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

**OBS: OS ANEXOS SERÃO DISPONIBILIZADOS EM FORMATO EDITÁVEL JUNTAMENTE
COM ESTE EDITAL.**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Prezados Senhores,

Em atenção ao instrumento convocatório sob referência, declaramos que:

1. Concordamos com as disposições do instrumento convocatório sob referência e seus Anexos, principalmente com as especificações dos itens e demais condições constantes no Termo de Referência (Anexo I), não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato;
2. Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições da presente proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da proposta;
3. Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta, bem como das condições gerais estabelecidas no Edital, sobretudo quanto aos documentos de habilitação, estando em conformidade com estes;
4. Recebemos toda a documentação pertinente e tivemos conhecimento de todas as informações e das condições da prestação de serviços, necessárias à formulação das propostas;
5. A empresa não se enquadra em qualquer das situações previstas no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018;
6. Na hipótese de nossa empresa vir a ser julgada vencedora da presente licitação o(s) representantes(s) legal(is) para a assinatura do Contrato será(ão):

NOME:
CARGO:

NOME:
CARGO:

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA
PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Declaro que a empresa _____,
inscrita no CNPJ nº. _____, Inscrição Estadual nº. _____,
estabelecida em _____, possui os seguintes Contratos firmados
com a iniciativa privada e a Administração Pública:

<u>Nome do Órgão/Empresa</u>	<u>Vigência do Contrato</u>	<u>Valor total do Contrato</u>
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor Total dos Contratos: R\$ _____

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs1: Preencher em papel timbrado da empresa.

Obs2: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem Contratos vigentes.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____(nº CNPJ), sediada à _____(endereço completo), por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou função), **DECLARA**, sob as penas da lei, que os sócios ou acionistas da empresa são:

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

A empresa possui sócio(s), acionistas(s) ou representante(s) legal(ais):

com **grau de parentesco** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de relacionamento** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de parentesco** com pessoa ocupante de função pública? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de parentesco** com qualquer integrante ou ex-integrante da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de relacionamento pessoal** com qualquer integrante ou ex-integrante da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
que são ou foram empregados **integrante(s) ou ex integrante(s) do quadro de pessoal** da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
que **ocupam ou ocuparam** cargos públicos? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
que possui(em) **relação de sociedade** com outra(s) empresa(s) que já prestou(aram) serviço(s) para PortoRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
que **presta ou prestou serviços** à outra(s) empresa(s) que presta ou já prestou serviço para PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

Diante das possíveis penalidades previstas em lei (cíveis, administrativas e penais), declaro que as informações acima prestadas **são verdadeiras e exatas.**

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

Nome

Cargo ou Função

REPRESENTANTE

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS - LGPD**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____(nº CNPJ), sediada à _____(endereço completo), por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou função), **DECLARA** para os devidos fins, para cumprimento do Contrato a ser celebrado com a PortosRio, que:

Encontra-se em conformidade com a legislação vigente e se compromete com a garantia de conformidade com o teor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

Realizará o objeto contratado dentro do estabelecido pela legislação, mantendo a PortosRio informada e atualizada sobre as medidas a serem adotadas para fins de cumprimento da legislação supracitada no que diz respeito a execução do Contrato.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

Nome
Cargo ou Função
REPRESENTANTE

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Contrato Nº /2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM
A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE
JANEIRO E A _____,
NA FORMA ABAIXO.**

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sede na Rua Dom Gerardo, nº. 35, 10º andar, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.090-905, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.266.890/0001-28, por diante denominada **PORTOSRIO**, representada conjuntamente neste ato pelo seu Diretor-Presidente, **FLAVIO VIEIRA DA SILVA**, portador da matrícula funcional nº 9926, e pelo seu Diretor de Negócios e Sustentabilidade, **FERNANDO MEIRA JUNIOR**, portador da matrícula funcional nº 9928 e a _____, com sede na _____, na cidade de _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu (sua) _____, _____, segundo a documentação constante do Processo Administrativo nº. 50905.001762/2026-55 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026, que, independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, e de acordo com a autorização da DIREXE em sua _____ª Reunião, realizada em ____/____/2026, têm entre si justo e avençado, celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 13.303/2016, nos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000 e 9.507/2018, na Lei Complementar nº 123/2006, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, no Instrumento Normativo de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e nas demais disposições legais pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento a ***“prestação dos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel e suporte médico avançado, com cobertura assistencial ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas por dia, destinadas ao atendimento das necessidades dos portos administrados pela PortosRio”***, conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência constante do Edital de Pregão Eletrônico nº. 06/2026 e da proposta da

CONTRATADA, anexa ao Processo nº 50905.001762/2026-55, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO

A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que a **PORTOSRIO** realizar, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, bem como o Anexo X da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que não conflitar com o regime das estatais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme consta na Proposta da **CONTRATADA** anexa ao Processo nº 50905.001762/2026-55.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária “228601003 – Serviços de Condução de Veículos”.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos exercícios orçamentários subsequentes ao da assinatura deste Contrato será editado apostilamento sobre a reserva orçamentária necessária para fazer frente às parcelas que serão adimplidas naqueles exercícios.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Diante da eventual inexistência ou insuficiência de recursos financeiros para fazer frente às despesas pertinentes aos exercícios subsequentes ao da assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** renuncia a eventuais direitos financeiros/indenizatórios decorrentes da rescisão antecipada do ajuste ou da supressão quantitativa.

PARÁGRAFO QUARTO

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da data da última assinatura eletrônica entre as partes, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da **PORTOSRIO**, observada a limitação de duração prevista no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e o

disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 5/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a **PORTOSRIO** mantém interesse na realização do serviço;
- c) Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a **PORTOSRIO**;
- d) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Em caso de prorrogação, a **CONTRATADA** deverá se manifestar, por solicitação da **PORTOSRIO**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes da data do término do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A descrição dos serviços consta no item “1” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001762/2026-55 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados constam no item “3” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001762/2026-55 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços pela **PORTOSRIO** será efetuado conforme o disposto nesta Cláusula, observando ainda o que dispõe o item “14” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001762/2026-55 do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026 e, no que couber, o Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento da(s) nota(s) fiscal(is) será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** pela **FISCALIZAÇÃO** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução de nota fiscal/fatura, se esta for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

PARÁGRAFO QUARTO

Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao Contrato, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

PARÁGRAFO QUINTO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do Contrato, especificando o tipo de serviço com as respectivas quantidades.

PARÁGRAFO SEXTO

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **PORTOSRIO**, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, se extinto, por qualquer outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Junto à nota fiscal, a **CONTRATADA** apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão de Regularidade FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

PARÁGRAFO OITAVO

Eventual situação de irregularidade fiscal da **CONTRATADA** não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

PARÁGRAFO NONO

O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da **CONTRATADA** e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**, bem como os recolhimentos relativos ao INSS/FGTS, cujos comprovantes de pagamento deverão ser anexados, por cópia, ao processo a que se refere este Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Havendo previsão na legislação vigente, a **PORTOSRIO** reterá do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços o valor correspondente à 'RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL'. Esses valores deverão ser recolhidos à rede bancária em nome da **CONTRATADA** até o dia 20 (vinte) do mês seguinte à emissão do respectivo documento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A **PORTOSRIO**, quando do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is), procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, apresentar à **FISCALIZAÇÃO** a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A garantia somente será devolvida à **CONTRATADA** quando terminada a execução do Contrato e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a **PORTOSRIO**, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de aditamento ao presente Contrato, importando tal fato na elevação de seu valor total, a **CONTRATADA** se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

PARÁGRAFO QUARTO

A garantia será considerada extinta 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro

PARÁGRAFO QUINTO

A garantia oferecida pela contratada deverá, obrigatoriamente, garantir à **PORTOSRIO**, até o limite máximo de indenização, o reembolso dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade da **CONTRATADA** oriundas do Contrato, nas quais a **PORTOSRIO** venha arcar com os pagamentos dessas verbas em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, ainda, nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência do terceiro garantidor e consequente homologação do Poder Judiciário.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO

O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R: valor do reajustamento;

V: valor do serviço a ser reajustado;

I₀: índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;

I: índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **PORTOSRIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO

Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO QUINTO

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO

As diretrizes para repactuação constam no item “26” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº 50905.001762/2026-55 do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

Este Contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos) e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a **PORTOSRIO** e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

- a) A contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da **PORTOSRIO** durante a vigência deste Contrato;
- b) A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da **PORTOSRIO**;
- c) A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** assumirá total responsabilidade sobre os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA**, em obediência ao disposto no Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho e das Normas Regulamentares aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, do Ministério da Economia, afastará dos serviços os empregados que se recusarem a obedecer à legislação relativa à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, reservando-se à **PORTOSRIO**, embora isenta de qualquer responsabilidade em caso de eventos danosos, exercer supletivamente a vigilância para que tais eventos possam ser evitados.

PARÁGRAFO QUINTO

As licenças para execução dos serviços dependentes de qualquer autoridade federal, estadual ou municipal correrão por conta e risco da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO

Os equipamentos e as ferramentas indispensáveis à execução dos serviços serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, que responderá pelo seu transporte para o local de trabalho e por sua conservação e guarda, não podendo justificar atraso na execução dos serviços, em virtude de deficiência de tais equipamentos ou ferramentas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A **CONTRATADA** se responsabilizará pelo transporte e alimentação da equipe que executará os serviços.

PARÁGRAFO OITAVO

À **CONTRATADA** cabe assumir a responsabilidade por:

- a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **PORTOSRIO**;
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência da **PORTOSRIO**;
- c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

PARÁGRAFO NONO

A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no Parágrafo anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **PORTOSRIO**, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, observando o que dispõe o item “21” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001762/2026-55 do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

PARÁGRAFO ÚNICO

O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** dos itens constantes nesta Cláusula, implicará nas sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PORTOSRIO

Constituem obrigações da **PORTOSRIO** aquelas previstas no item “22” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001762/2026-55 do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR

Fica designado(a) como Gestor(a) deste Contrato pela **PORTOSRIO**, o(a) Gerente de Gestão de Riscos e Conformidade Operacional – GERIQS, cuja substituição somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da **PORTOSRIO** ou a quem ele delegar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

Sob supervisão do(a) respectivo(a) Gestor(a) constante da Cláusula anterior, os serviços serão fiscalizados por empregado ou Comissão de empregados designado(s) pela **PORTOSRIO**, denominado simplesmente **FISCALIZAÇÃO**, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **PORTOSRIO**, a seu exclusivo juízo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA**, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **FISCALIZAÇÃO** não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução dos serviços, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da **PORTOSRIO** ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a **FISCALIZAÇÃO** deste Contrato dará ciência do ocorrido à Corregedoria da **PORTOSRIO**, através da OUVGER, para fins de apuração e, se for o caso, aplicação de sanção na forma do IN.GECOMP 06.002 – Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas).

PARÁGRAFO QUARTO

A tolerância ou o não exercício pela **PORTOSRIO** de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

PARÁGRAFO QUINTO

A **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO** reservar-se-á o direito de impugnar os serviços que não forem realizados a contento, ficando a **CONTRATADA** na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** não poderá ceder, sub-rogar, negociar, ou, por qualquer forma ou modo, transferir o presente Contrato ou quaisquer direitos ou obrigações dele oriundos, sem prévia autorização da **PORTOSRIO**, sob as penas estabelecidas nas Cláusulas Décima Sétima e Décima Oitava.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as constantes do subitem 16.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos casos discriminados no subitem 16.5.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A sanção de multa pode ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com as dos incisos I e III do *caput* desta Cláusula, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO

Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no *caput* desta Cláusula, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- Notificação formal à **CONTRATADA**;
- Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

PARÁGRAFO QUINTO

No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

PARÁGRAFO SEXTO

Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO

Caso não haja o recolhimento da multa no prazo previsto no Parágrafo anterior, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO NONO

Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O pagamento das penalidades não é compensatório, admitindo, por conseguinte, o ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

Observando o que dispõe a Lei nº 13.303/2016 e o Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), o presente Contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

I – Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, quando da ocorrência dos seguintes casos:

- a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- b) A alteração da pessoa do contratado, mediante:
 - A subcontratação do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, observado o IN.GECOMP.06.001.
 - A fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no instrumento contratual e sem prévia autorização da **PORTOSRIO**.
- c) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou do Fiscal;
- d) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- e) A dissolução da sociedade ou o falecimento da pessoa do contratado;
- f) A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução deste Contrato;
- h) Razões de interesse da **PORTOSRIO**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no Processo;
- i) O atraso nos pagamentos devidos pela **PORTOSRIO** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

- j) A não liberação, quando for o caso, por parte da **PORTOSRIO**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- k) A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução contratual;
- l) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- o) No caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018;
- p) O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão deste Contrato por ato unilateral e escrito da **PORTOSRIO** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).
- q) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo e desde que haja conveniência para a **PORTOSRIO**; e
III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Salvo nos casos de iminente prejuízo às atividades da **PORTOSRIO**, a rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta Cláusula, deverá ser precedida de comunicação

escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO QUARTO

A rescisão por ato unilateral da **PORTOSRIO** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na legislação:

- a) Assunção imediata do objeto contratado, pela **PORTOSRIO**, no estado e local em que se encontrar;
- b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **PORTOSRIO**;
- c) Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual até o limite dos prejuízos causados à **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO QUINTO

O instrumento contratual poderá ser rescindido pela **PORTOSRIO** nos casos em que a **CONTRATADA** estiver envolvida em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria da área requisitante da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto deste Contrato poderá ser:

- a) Provisório: no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à

PORTOSRIO, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela **CONTRATADA**;

- b) Parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no Contrato, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;
- c) Definitivo: relativo à aceitação da integralidade do Contrato e liberação da **CONTRATADA** tocante a vícios aparentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da **CONTRATADA** direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;
- b) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;
- c) Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA REVISÃO

A revisão de preços poderá ser solicitada a qualquer tempo pela **CONTRATADA**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução deste Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à **CONTRATADA**, conforme previsão no Anexo I-B – Matriz de Risco do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026, respeitando-se o seguinte:

- a) A **CONTRATADA** deverá formular à **PORTOSRIO** requerimento para a revisão deste Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão;
- c) Com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste

e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

PARÁGRAFO ÚNICO

Independentemente de solicitação, a **PORTOSRIO** poderá convocar a **CONTRATADA** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratual, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à **CONTRATADA** apresentar as informações solicitadas pela **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA MATRIZ DE RISCO

As partes contratantes, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte, com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo I-B – Matriz de Risco do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONTA VINCULADA

As regras para adoção da conta vinculada deverão observar o que preceitua a IN SEGES nº 5/2017 e o item “25” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001762/2026-55 do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Todos os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais ou parafiscais e quaisquer emolumentos) decorrentes direta ou indiretamente do presente Contrato ou de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da parte obrigada ao pagamento dos mesmos, na forma definida pela legislação tributária, sem que lhe assista o direito a qualquer reembolso pela outra parte, seja a que título for.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato deverá ser publicado pela **PORTOSRIO** na imprensa oficial, consoante o disposto no subitem 5.18. do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO SIGILO

À **CONTRATADA** é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento dos trabalhos objeto deste Contrato, bem como divulgar através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos à execução dos mesmos, à tecnologia adotada e à documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização escrita da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026 e seus Anexos, à proposta da **CONTRATADA**, ao Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), ao Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.002) e aos termos da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos reger-se-ão pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001), bem como pelas regras e pelos princípios de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

Na execução do presente Contrato, é vedado à **PORTOSRIO** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a Gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou não financeiras, e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou, ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO ACESSO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

- I. eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- II. o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da **PORTOSRIO**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;
- III. a **CONTRATADA** deverá seguir as instruções recebidas da **PORTOSRIO** em relação ao tratamento de dados pessoais;
- IV. a **CONTRATADA** se responsabilizará como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. a **CONTRATADA** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do art. 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela **CONTRATADA**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. a **CONTRATADA** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. a **PORTOSRIO** possui direito de regresso em face da **CONTRATADA** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. a **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI. a **CONTRATADA** deverá informar imediatamente à **PORTOSRIO** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela **PORTOSRIO** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. a **CONTRATADA** deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela **PORTOSRIO**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no art. 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à **PORTOSRIO**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à **CONTRATADA** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. ao final da vigência do Contrato, a **CONTRATADA** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal, caso em que o prazo de retenção de dados pessoais objeto deste Termo poderá se estender pelo prazo de prescrição legal afeto às atividades do Contrato.

XV. A **CONTRATADA** deverá designar Encarregado para interlocução com o Encarregado da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a **PORTOSRIO** será considerada “Controlador de Dados”, e a **CONTRATADA** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a **CONTRATADA** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da **PORTOSRIO**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a **PORTOSRIO** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da **CONTRATADA**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da **PORTOSRIO**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A transferência internacional de dados deve se dar em caráter excepcional e na estrita observância da legislação, especialmente, dos art. 33 a 36 da Lei nº 13.709/2018 e nos normativos do Banco Central do Brasil relativos ao processamento e armazenamento de dados das instituições financeiras, e dependerá de autorização prévia da **PORTOSRIO** à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

Cada Parte arcará com suas próprias despesas e investimentos para fins de cumprir as disposições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO

O foro competente para ajuizar quaisquer questões suscitadas na execução deste Contrato será o da sede da **PORTOSRIO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes assinam eletronicamente o presente instrumento juntamente com as testemunhas.

(assinado eletronicamente)

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)

FERNANDO MEIRA JUNIOR
Diretor de Negócios e Sustentabilidade
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)

REPRESENTANTE
Cargo ou Função
CONTRATADA

Testemunhas:

1) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional:

2) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional: